



AIRPORTUGAL

TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, S.A.

**1º Semestre
2019**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
E
CONTAS**

RELATÓRIO DE GESTÃO

1º SEMESTRE DE 2019

Índice

1.	EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE NO 1º SEMESTRE DE 2019.....	4
1.1.	Sumário	4
1.2.	Performance Operacional e Económico-Financeira	7
1.3.	Principais desenvolvimentos do Plano Estratégico no 1º Semestre de 2019.....	15
2.	PERSPETIVAS.....	21
2.1.	Enquadramento Setorial.....	21
2.2.	Perspetivas para o 2º Semestre de 2019.....	21
3.	PRINCIPAIS EVENTOS DO 1º SEMESTRE DE 2019	23
4.	GESTÃO DE RISCO	24
	ANEXOS	26
	I - ÓRGÃOS SOCIAIS	26
	II - PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS, VALORES MOBILIÁRIOS DETIDOS POR TITULARES DE ÓRGÃOS SOCIAIS E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	28
	III - GLOSSÁRIO.....	31
	IV - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM FINALIDADE ESPECIAL	32

1. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE NO 1º SEMESTRE DE 2019

Nota IFRS 16: A Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (“TAP”, “Empresa” ou “Companhia”) adotou em 1 de janeiro de 2019 a IFRS 16 – Locações, tendo optado pelo modelo retrospectivo modificado na data da transição, o qual não prevê a reexpressão das demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

1.1. Sumário

Destaques do Primeiro Semestre de 2019

- Valor recorde de passageiros transportados nos primeiros seis meses do ano, atingindo os 7,9 milhões (+4,8% face ao 1º semestre de 2018) resultado do crescimento registado no segundo trimestre de 2019 (+8,9% face ao período homólogo do ano anterior). Já no primeiro trimestre verificou-se um ligeiro decréscimo no número de passageiros transportados (-0,3% face ao período homólogo do ano anterior).
- Reforço da estratégia de crescimento e renovação da frota com entrada de 15 novos aviões Airbus de última geração da família NEO e saída de 5 aeronaves mais antigas, traduzindo-se num incremento líquido de 10 aeronaves durante o semestre. A TAP foi a primeira companhia aérea do mundo a ter todos os aviões da família NEO da Airbus: A330, A320, A321 e A321 LR.
- As novas aeronaves possibilitaram a expansão da TAP para oito novos mercados durante o primeiro semestre, com destaque para o início das operações no Médio Oriente e investimento nos EUA, com a contribuição de novas rotas abertas em junho (São Francisco, Chicago e Washington).
- América do Norte, com enfoque nos EUA, representou já 13,1% da receita de passagens da TAP no primeiro semestre de 2019, um aumento de 8 pontos percentuais em apenas cinco anos que consolidou o mercado norte-americano como um dos três principais mercados da Companhia. Em 2020, espera-se que a TAP opere 71 frequências semanais no mercado norte-americano e 88 frequências no mercado brasileiro, o que representa uma diversificação significativa de mercados em comparação com 2015, ano em que a Companhia operava apenas 16 frequências semanais no mercado norte-americano e 77 no mercado brasileiro.
- Crescimento das receitas de passagens em todos os mercados, com exceção do Brasil e da América Central, destacando-se as rotas da América do Norte e Continente e Ilhas, que registaram crescimentos de 14,2% e 12,0%, respetivamente face ao 1º semestre do ano anterior.
- Brasil com decréscimo de receitas de passagens de EUR 43,1 milhões no 1º semestre de 2019 (-10,6%), quando comparado com o período homólogo do ano anterior, em resultado da

manutenção do clima de instabilidade político-económica iniciado no segundo semestre de 2018, que afetou primordialmente as receitas dos primeiros meses de 2019.

- Rendimentos e ganhos operacionais totais de passagens com ligeiro decréscimo no semestre (-0,3%), com um comportamento distinto nos dois trimestres, tendo registado um decréscimo de 8,1% no primeiro trimestre face ao período homólogo e um crescimento de 6,2% no 2º trimestre de 2019 face ao mesmo período do ano anterior.
- Mesmo num contexto de aumento de capacidade, verificou-se uma diminuição dos gastos e perdas operacionais em 0,1% no 1º semestre de 2019 comparado com o período homólogo do ano anterior. Os custos operacionais totais unitários por ASK (CASK) registaram um decréscimo de 7,3% no 1º semestre de 2019 comparativamente com o mesmo período do ano anterior, e os custos operacionais totais unitários por ASK excluindo custos de fuel (CASK ex-fuel) um decréscimo de 7,5%.
- De entre as principais naturezas de custos operacionais e excluindo a rubrica de Depreciações, amortizações e perdas por imparidade a única que registou um crescimento unitário (por ASK) no semestre face ao mesmo período de 2018 foi a de Custos com o Pessoal, registando um crescimento de EUR 46,5 milhões, ou seja +16,2%, no primeiro semestre de 2019 face ao período homólogo de 2018, em resultado das novas contratações e das revisões salariais negociadas em 2018.
- Decréscimo do custo unitário de combustíveis por ASK de 6,5%, refletindo a maior eficiência de combustível dos novos aviões, que no final do semestre representavam já cerca de 20% da frota operacional e pela bem sucedida política de proteção de preços de combustível iniciada no final de 2018. Esta eficiência será ainda mais reforçada com o aumento do peso dos novos aviões NEO na frota, que deverá atingir cerca de 35% no final de 2019.
- O EBITDAR ajustado atingiu os EUR 5,5 milhões no 1º trimestre de 2019 (-22,3% face ao período homólogo) e EUR 126,7 milhões no 2º trimestre (+88,3% face ao período homólogo), perfazendo 132,2 milhões no acumulado do 1º semestre de 2019, um aumento de EUR 57,8 milhões (+77,8% face ao 1º semestre do ano anterior).
- O Resultado Líquido do primeiro semestre foi de EUR -112,0 milhões, que compara com EUR -70,1 milhões no primeiro semestre de 2018. O Resultado Líquido do primeiro trimestre de 2019, afetado em grande medida pela já referida performance do Brasil, foi de EUR -106,6 milhões (pior em EUR 55,4 milhões que os EUR -51,2 milhões contabilizados no primeiro trimestre de 2018), evoluindo para EUR -5,4 milhões no segundo trimestre (melhor em EUR 13,5 milhões que os EUR -18,9 milhões registados no período homólogo de 2018).

- O sucesso na emissão das obrigações TAP 2019-2023, resultou na maior posição de caixa e equivalentes da história da TAP, atingindo os EUR 386,7 milhões, um aumento de EUR 163,0 milhões face ao final de 2018 (+72,9%).
- Reforço do papel da TAP enquanto motor da economia nacional e uma das maiores empregadoras de Portugal, tendo prosseguido durante o 1º semestre de 2019 o esforço de recrutamento de novos colaboradores por forma a fazer face ao crescimento antecipado da atividade, com especial enfoque nos pilotos e comissários/assistentes de bordo. De um total de 566 novas admissões no 1º semestre de 2019, foram contratados 144 pilotos e 222 comissários/assistentes de bordo.
- Melhoria dos indicadores de pontualidade e regularidade da TAP no 1º semestre de 2019, quando comparados com o período homólogo do ano anterior. Número de voos cancelados no semestre reduziu em 78,3% face a período homólogo do ano anterior, fazendo com que o número de voos cancelados totalizasse 0,5% do total de voos da Companhia, em linha com os padrões da indústria. A pontualidade global da Companhia melhorou 7,9 pontos percentuais no primeiro semestre face a período homólogo de 2018, com destaque para a Ponte Aérea, que teve uma melhoria de 26,3 pontos na sua pontualidade.
- A TAP subiu 11 posições no ranking NPS das 28 Companhias aéreas da Star Alliance. Em apenas um ano, de junho de 2018 ao mesmo mês de 2019, a TAP subiu do 26º para o 15º lugar, escalando 26,2 pontos de NPS. O 2º trimestre de 2019 foi mesmo o período em que o NPS TAP, que expressa a satisfação dos clientes, mais se aproximou do NPS médio da Star Alliance, mostrando os bons resultados das iniciativas que têm vindo a ser implementadas pela Empresa.
- O programa de fidelidade da TAP, TAP Miles&Go, tem vindo desde a sua reformulação no final do ano de 2018 a atingir patamares de atividade substancialmente acima dos verificados no ano anterior, sendo de realçar a aceleração da receita proveniente da venda de milhas, que atingiu no 1º semestre de 2019 EUR 21,6 milhões, valor que compara com EUR 9,1 milhões no período homólogo do ano anterior (+137%).
- A recuperação dos resultados registada no segundo trimestre de 2019 deixa uma perspetiva de melhoria contínua nos últimos seis meses deste ano, existindo a expectativa de atingir um resultado operacional melhor do que em 2018.

Em conclusão, a TAP mantém-se na trajetória de concretização do seu plano estratégico de transformação da Companhia. Nos primeiros seis meses do ano, prosseguiu-se com a renovação da frota, mais eficiente no consumo de combustível e menos poluente.

Um investimento que se refletiu também na melhoria de conforto para os Clientes e na diversificação de mercados, com destaque para o aumento de rotas dos EUA. Houve uma maior eficiência

operacional que se traduziu em melhorias importantes ao nível da pontualidade, regularidade e serviço ao Cliente.

Ao nível da estrutura financeira, verificou-se um reforço da posição de caixa e equivalentes e uma extensão da maturidade média da dívida financeira.

Quanto à rentabilidade, o primeiro semestre de 2019 foi ainda fortemente impactado pela quebra do mercado brasileiro. A performance durante o segundo semestre do ano será fundamental para o aumento da rentabilidade da Companhia, dada a sazonalidade característica do setor, em que o segundo semestre tem historicamente registos superiores aos do primeiro semestre.

1.2. Performance Operacional e Económico-Financeira

Adoção da IFRS 16

Conforme referido, a TAP adotou na data efetiva de aplicação obrigatória, 1 de janeiro de 2019, a IFRS 16 – Locações, tendo optado pelo modelo retrospectivo modificado na data da transição, o qual não prevê a reexpressão das demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

Os principais impactos na demonstração da posição financeira na data da transição decorrentes da adoção da IFRS 16 são (1) o reconhecimento do ativo correspondente aos direitos de uso (na sua maioria associados a aeronaves em regime de leasing operacional), (2) o reconhecimento do passivo correspondente às responsabilidades contratuais assumidas, (3) a reclassificação das reservas de manutenção para o ativo e, (4) o aumento do capital próprio no montante correspondente aos efeitos da IFRS 16 no tratamento dos gastos com manutenção de aeronaves em regime de locação operacional. A Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018 e 1 de janeiro de 2019 é como segue:

EUR milhões	31-dez-18	Impacto da adoção da IFRS 16	1-jan-19
ATIVO			
Ativo não corrente	687,0	1.222,2	1.909,3
Ativos fixos tangíveis	521,0	1.179,0	1.700,0
Outras contas a receber	61,1	43,2	104,4
Outras rubricas do Ativo não corrente	104,9	-	104,9
Ativo corrente	1.515,9	-	1.515,9
Total do ativo	2.203,0	1.222,2	3.425,2
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e reservas			
Resultados transitados	(12,0)	90,9	79,0
Outras rubricas de Capital e reservas	116,8	-	116,8
Total do capital próprio	104,8	90,9	195,7
Passivo não corrente	762,2	877,5	1.639,7
Passivos por impostos diferidos	18,8	38,1	56,8
Provisões	12,2	26,1	38,3
Passivos com obrigações contratuais	-	863,1	863,1
Outras contas a pagar	49,7	(49,7)	-
Outras rubricas de Passivo não corrente	681,5	-	681,5
Passivo corrente	1.336,0	253,8	1.589,7
Passivos com obrigações contratuais	-	303,6	303,6
Outras contas a pagar	667,5	(49,8)	617,7
Outras rubricas de Passivo corrente	668,5	-	668,5
Total do passivo	2.098,2	1.131,3	3.229,5
Total do capital próprio e passivo	2.203,0	1.222,2	3.425,2

No que respeita à demonstração de resultados de períodos subsequentes à data de transição, os principais impactos da adoção da IFRS 16 são: (1) a redução dos custos com rendas de aeronaves e outros custos operacionais de tráfego pelo desreconhecimento dos custos associados aos contratos de leasing operacional ou outras obrigações contratuais semelhantes; (2) aumento das despesas de depreciação e amortização pelo efeito da amortização dos direitos de uso e despesas de grandes manutenções capitalizadas; (3) diminuição dos gastos com manutenção de aeronaves e custos com o pessoal pela capitalização dos custos com grandes manutenções de equipamentos em leasing operacional e (4) aumento das despesas de juros pelo efeito da atualização dos passivos com obrigações contratuais e eventuais variações cambiais pelo efeito das alterações nas taxas de câmbio usadas para reconhecer os passivos com obrigações contratuais.

Performance Operacional

Principais Indicadores Operacionais	1º Semestre 2019	1º Semestre 2018	Var. %
Passageiros ('000)	7 900	7 539	+4,8%
RPK (milhões)	19 119	18 317	+4,4%
ASK (milhões)	23 986	22 262	+7,7%
Composição da frota (final do período) ¹	106	91	+16,5%
<i>Block Hours</i>	191 102	186 123	+2,7%
Pontualidade na partida até 15'	69,2%	61,3%	+7,9p.p.
Regularidade	99,5%	97,7%	+1,8p.p.
Quadro do Pessoal Ativo (30 de junho) ²	8 800	7 863	+11,9%

1) Inclui aeronaves operadas em regime de *wet-lease*.

2) Não inclui pessoal sem colocação e não ativo.

No 1º semestre de 2019 a TAP atingiu um valor recorde de passageiros transportados para os primeiros seis meses do ano, verificando-se um aumento de 361 mil passageiros face ao período homólogo do ano anterior (+4,8%) para 7,9 milhões de passageiros, resultado do crescimento registado no segundo trimestre (+8,9% face ao período homólogo). Já no primeiro trimestre verificou-se um ligeiro decréscimo no número de passageiros transportados (-0,3% face ao período homólogo).

O aumento no número de passageiros foi transversal à maioria das regiões operadas pela rede TAP, notando-se as seguintes evoluções por geografia:

- A América do Norte, com mais 9,6% de passageiros transportados, para um total de 428 mil, reflexo da inauguração de novas rotas e aumento de frequências;
- África, onde a TAP cresceu 8,5%, para um total de 586 mil passageiros, também como reflexo da abertura de novas rotas;
- As rotas da Europa – excluindo Portugal – em que a TAP registou o maior crescimento absoluto, atingindo os 4,8 milhões de passageiros, mais 227 mil (+4,9%) que nos primeiros seis meses do ano anterior;
- Os voos entre aeroportos de Portugal continental (Lisboa, Porto e Faro), em que a TAP cresceu 1,8%, e nas rotas dos Açores e da Madeira, em que se registou um aumento de 4,9%, alcançando os 633 mil passageiros;
- A ponte aérea Lisboa-Porto, com um crescimento no primeiro semestre de 5,8%, para os 400 mil passageiros, reflexo da utilização de equipamentos a jato e reestruturação das frequências que permitiu melhorar substancialmente o serviço ao cliente;
- O Brasil, que registou um decréscimo de 2% no número de passageiros no semestre, reflexo da manutenção do clima de instabilidade económica e política iniciado no segundo semestre de 2018, mas com sinais de recuperação no final do segundo trimestre de 2019. Em junho,

a TAP transportou nas rotas do Brasil mais 3,4% de passageiros que no mês homólogo de 2018.

O crescimento do número de passageiros reflete a trajetória consistente de crescimento em mercados estratégicos, dos voos de conexão, bem como a abertura de novas rotas. Estes aspetos, aliados à implementação de melhorias na frota, têm sido fundamentais para atrair novos clientes.

A capacidade no primeiro semestre de 2019, medida por ASK, aumentou 7,7% face ao período homólogo do ano anterior, em resultado da introdução de mais frequências e de 8 novas rotas (Telavive, Basileia e Dublin em março, Chicago, Washington, S. Francisco, Nápoles e Tenerife no mês de junho). A procura em termos de tráfego de passageiros, expressa em RPK, registou um aumento de 4,4%, sendo natural que o impacto das novas rotas no crescimento do tráfego só se faça sentir no decorrer do segundo semestre de 2019, dado que a maior parte das novas rotas só abriram no final do primeiro semestre.

A estratégia de renovação e crescimento da frota tem sido um dos pilares fundamentais na prossecução dos objetivos de crescimento e expansão da margem da TAP. A 30 de junho de 2019 a frota da TAP era composta por 106 aviões (incluindo 21 aviões operados em regime de *wet lease* com a White e Portugália), em resultado da entrada em operação no 1º semestre de 2019 de 15 novos aviões Airbus de última geração da família NEO (7 A330-900neo, 2 A321LR, 2 A321neo e 4 A320neo) e a saída de operação de 5 aeronaves mais antigas, traduzindo-se num incremento líquido de 10 aeronaves durante o 1º semestre de 2019 e de 15 aeronaves face ao final do 1º semestre de 2018.

Performance Económico-Financeira

Apresentam-se de seguida os principais indicadores financeiros da TAP para o primeiro semestre de 2019, incluindo-se igualmente os valores trimestrais para referência, dada a sazonalidade da atividade:

EUR milhões	2019	2018	Var.	Var.	2019	2018	Var.	2019	2018	Var.
	1S	1S ¹	Abs.	%	2T	2T ¹	%	1T	1T ¹	%
Rendimentos operacionais	1.448,9	1.489,7	-40,8	-2,7%	835,1	828,5	0,8%	613,7	661,2	-7,2%
Passagens	1.275,1	1.279,2	-4,0	-0,3%	742,3	699,3	6,2%	532,8	579,9	-8,1%
Manutenção	92,5	124,7	-32,1	-25,8%	48,8	82,2	-40,6%	43,7	42,4	3,0%
Carga e Correio	65,8	66,8	-1,0	-1,5%	34,8	35,1	-0,8%	31,0	31,7	-2,2%
Outros rendimentos	15,4	19,1	-3,7	-19,2%	9,2	11,9	-22,8%	6,3	7,2	-13,2%
Gastos operacionais	1.533,8	1.535,5	-1,6	-0,1%	818,7	826,5	-1,0%	715,1	708,9	0,9%
Combustível para aeronaves	360,3	357,5	2,7	0,8%	205,4	195,2	5,3%	154,9	162,4	-4,6%
Custos Operacionais de Tráfego	374,3	451,5	-77,1	-17,1%	201,6	243,6	-17,2%	172,7	207,8	-16,9%
Custos com o Pessoal	332,9	286,5	46,5	16,2%	178,3	157,9	12,9%	154,7	128,6	20,3%
Rendas de aeronaves	0,0	71,0	-71,0	na	0,0	36,2	na	0,0	34,8	na
Dep., amort. e perdas por imparidade	212,6	31,2	181,4	na	107,8	16,3	na	104,8	14,9	na
Gastos com manutenção de aeronaves	28,4	65,6	-37,2	-56,7%	17,3	28,0	-38,3%	11,2	37,6	-70,3%
Custo dos materiais consumidos	64,7	94,3	-29,6	-31,4%	32,4	60,5	-46,5%	32,3	33,8	-4,4%
Custos comerciais, marketing e comunicação	84,1	93,6	-9,5	-10,1%	37,6	44,3	-15,1%	46,5	49,2	-5,6%
Imp. contas a receber, invent. e Provisões	0,3	0,1	0,3	na	-0,8	-0,2	na	1,2	0,3	na
Outros gastos	71,6	66,3	5,3	7,9%	36,7	31,9	15,2%	34,9	34,5	1,2%
Reestruturação	3,6	3,5	0,1	2,4%	2,0	2,2	-10,3%	1,6	1,3	24,5%
Outros itens não recorrentes	0,9	14,3	-13,4	-93,6%	0,4	10,6	-96,2%	0,5	3,7	-86,2%
EBITDAR ajustado²	132,2	74,3	57,8	77,8%	126,7	67,3	88,3%	5,5	7,1	-22,3%
EBIT (Resultado Operacional)	-85,0	-45,8	-39,2	na	16,4	1,9	na	-101,4	-47,7	na
Resultado Líquido	-112,0	-70,1	-41,9	na	-5,4	-18,9	na	-106,6	-51,2	na

1) A TAP adotou a IFRS 16 em 1 de janeiro de 2019, tendo optado pelo modelo retrospectivo modificado na data da transição, o qual não prevê a reexpressão das demonstrações financeiras de exercícios anteriores. Deste modo os valores relativos a períodos de 2018 apresentados não foram reexpressos.

2) EBITDAR ajustado = Resultados Operacionais + Rendas de aeronaves + Gastos de reestruturação + Outros itens não recorrentes + Depreciações, amortizações e perdas por imparidade.

Durante o 1º semestre de 2019 os rendimentos operacionais totais atingiram EUR 1.448,9 milhões, um decréscimo de EUR 40,8 milhões (-2,7%) face ao 1º semestre de 2018, que se ficou a dever sobretudo ao decréscimo dos rendimentos de manutenção para terceiros em EUR 32,1 milhões (-25,8%).

Os rendimentos de passagens atingiram EUR 1.275,1 milhões, um decréscimo de 0,3% face ao período homólogo do ano anterior, tendo representando 88,0% dos rendimentos operacionais totais.

Os rendimentos de passagens apresentaram um comportamento distinto no 1º e 2º trimestre de 2019. As receitas do 1º trimestre foram particularmente impactadas pela instabilidade política e económica que afetou o Brasil. O efeito do Brasil reduziu-se no 2º trimestre, tendo os rendimentos operacionais de passagens registado um crescimento significativo de 6,2% face ao período homólogo do ano anterior.

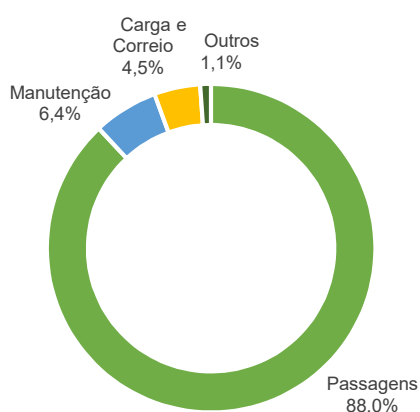
Todas as regiões cresceram em termos de receitas de passagens, com exceção do Brasil e América Central, destacando-se as rotas da América do Norte e Continente e Ilhas, que registaram crescimentos de 14,2% e 12,0%, respetivamente, face ao período homólogo do ano anterior. As rotas da América do Norte foram já responsáveis por 13,1% das receitas totais de passagens no 1º semestre de 2019, o que vai de encontro à estratégia de diversificação de mercados que tem vindo

a ser seguida pela TAP. As receitas de passagens da América Latina registaram um decréscimo de 10,8% no primeiro semestre de 2019 face ao período homólogo do ano anterior, tendo mais do que compensado os aumentos ocorridos nos restantes mercados. Esta performance reflete a manutenção do clima de instabilidade económica e política no Brasil.

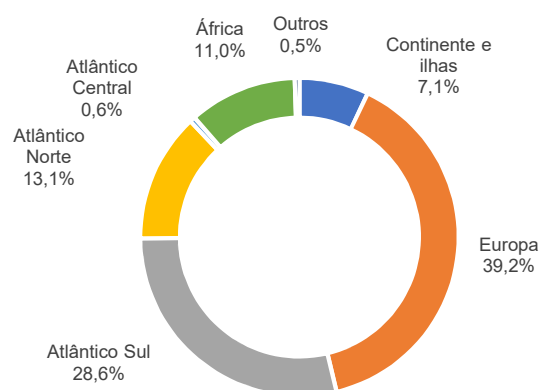
Os rendimentos operacionais de manutenção para terceiros registaram um decréscimo de EUR 32,1 milhões (-25,8%) no 1º semestre face ao período homólogo do ano anterior, reflexo essencialmente da maior utilização dos *slots* de hangar na manutenção de equipamentos TAP, situação que deverá alterar-se uma vez terminado o processo em curso de *phase-in* de novos equipamentos e *phase-out* de equipamentos mais antigos da frota TAP, que levará a um aumento na disponibilidade de *slots* de hangar para terceiros. Adicionalmente, no que se refere à atividade de motores, verificou-se que apesar do número de *shop visits* não ter tido uma variação relevante, o valor médio das intervenções foi inferior, sobretudo pela ausência de eventos que incluíssem a substituição de peças de vida limitada de elevado valor. A diminuição de receitas de manutenção para terceiros foi mais do que compensada pela diminuição dos custos operacionais associados, resultando numa melhoria do resultado operacional deste segmento de negócio em EUR 1,6 milhões, um aumento de 9,0% face ao 1º semestre do ano anterior.

Por último, de referir que as receitas de Carga e Correio foram de EUR 65,8 milhões no 1º semestre de 2019, um decréscimo de EUR 1,0 milhão (-1,5%) face ao período homólogo do ano anterior, ainda assim melhor do que a quebra dos volumes de carga e correio aéreo a nível global durante o 1º semestre de 2019 que, de acordo com os dados da IATA, caiu 3,6% face ao período homólogo do ano anterior.

**Rendimentos Operacionais por Atividade
(1º Semestre de 2019)**



**Vendas e Serviços de Passagens por Região
(1º Semestre de 2019)**



Os Gastos Operacionais totais ascenderam a EUR 1.533,8 milhões no 1º semestre de 2019, um decréscimo de EUR 1,6 milhões (-0,1%) face ao período homólogo do ano anterior, verificando-se

uma redução dos custos operacionais totais unitários por ASK (CASK) de 7,3%, comparativamente com o mesmo período do ano anterior.

Os Custos com combustíveis e licenças de emissão de CO2 aumentaram apenas 0,8% no semestre face ao período homólogo do ano anterior, abaixo do crescimento das *block hours* (+2,7%) e representando um decréscimo do custo unitário de combustíveis por ASK de 6,5%, refletindo a maior eficiência de combustível dos novos aviões.

A diminuição dos Custos Operacionais de tráfego em EUR 77,1 milhões (-17,1%) no 1º semestre de 2019 face ao período homólogo do ano anterior, decorre essencialmente do reconhecimento desde 1 de janeiro de 2019 dos custos com contratos de *wet-lease* como direito de uso ao abrigo da IFRS 16, bem como da melhoria da eficiência operacional com menos cancelamentos, o que reduziu a necessidade de realização de *wet-leases*.

A diminuição em EUR 37,2 milhões dos Gastos com Manutenção de Aeronaves decorre essencialmente da capitalização dos custos com grandes manutenções de aeronaves em leasing operacional, ao abrigo da IFRS 16.

A diminuição dos Custos dos Materiais Consumidos em EUR 29,6 milhões (-31,4%), decorre do decréscimo da atividade de manutenção para terceiros, nomeadamente no que se refere a substituição de peças de vida limitada de elevado valor, quando comparado com o 1º semestre do ano anterior.

A diminuição dos Custos Comerciais, Marketing e Comunicação em EUR 9,5 milhões (-10,1%), inclui o efeito da diminuição dos *booking fees* em resultado do aumento das vendas através de canais diretos e de negociações comerciais com vista à redução dos *booking fees*.

A diminuição nas Rendas de Aeronaves decorre da adoção da IFRS 16 e do tratamento das rendas como direito de uso.

O aumento dos Custos com Pessoal em EUR 46,5 milhões (+16,2%), deve-se às novas contratações de colaboradores para fazer face ao crescimento previsto de atividade com a expansão da frota, novas rotas e mais frequências, bem como aos aumentos salariais acordados com os sindicatos em 2018.

O aumento das Depreciações, Amortizações e Perdas por Imparidade em EUR 181,4 milhões, inclui EUR 177 milhões decorrentes do efeito da adoção da IFRS 16, dos quais EUR 16,3 milhões referentes a despesas não recuperáveis de *phase-out* de aeronaves que saíram da frota durante o período.

O EBITDAR ajustado atingiu os EUR 5,5 milhões no 1º trimestre de 2019 (-22,3% face ao período homólogo do ano anterior) e EUR 126,7 milhões no 2º trimestre (+88,3% face ao período homólogo), perfazendo 132,2 milhões no acumulado do 1º semestre de 2019, um aumento de EUR 57,8 milhões (+77,8% face ao 1º semestre do ano anterior).

O EBIT (Resultado Operacional) atingiu os EUR 85,0 milhões negativos no 1º semestre de 2019 (pior em EUR 39,2 milhões que o período homólogo do ano anterior), o que se ficou a dever à fraca performance registada no 1º trimestre, já que o 2º trimestre registou um valor positivo de EUR 16,4 milhões (um aumento de EUR 14,5 milhões face ao mesmo período de 2018).

Os fatores atrás referidos, nomeadamente a fraca performance do Brasil, resultaram num Resultado Líquido no primeiro trimestre de 2019 negativo em EUR 106,6 milhões (pior em EUR 55,4 milhões que o contabilizado no primeiro trimestre de 2018), evoluindo para EUR -5,4 milhões no segundo trimestre (uma melhoria de EUR 13,5 milhões face ao registado no período homólogo de 2018). No acumulado do semestre a TAP obteve um Resultado Líquido negativo de EUR 112,0 milhões, valor que compara com EUR 70,1 milhões negativos no primeiro semestre de 2018.

EUR milhões	30-jun-19	1-jan-19 ²	31-dez-18 ³
Posição Financeira			
Ativo	4 603,3	3 425,2	2 203,0
Capital Próprio	107,2	195,7	104,8
Dívida Líquida remunerada ¹	691,3	552,2	552,2
Caixa e Equivalentes	386,7	223,7	223,7

1) Não inclui leasings operacionais.

2) Reflete o impacto da adoção da IFRS 16 na data de transição.

3) A TAP adotou a IFRS 16 em 1 de janeiro de 2019, tendo optado pelo modelo retrospectivo modificado na data da transição, o qual não prevê a reexpressão das demonstrações financeiras de exercícios anteriores. Deste modo, os valores relativos a 31-dez-18 apresentados não foram reexpressos.

No que se refere à posição financeira da TAP, no final do 1º semestre de 2019, o Capital Próprio situou-se nos EUR 107,2 milhões, um aumento de EUR 2,4 milhões face ao final de 2018, explicado pelo efeito positivo da adoção da IFRS 16 em Resultados transitados e do aumento das Reservas de justo valor, que mais do que compensou o Resultado Líquido negativo no semestre.

A dívida líquida remunerada (excluindo leasings operacionais) no final do 1º semestre de 2019 situou-se nos EUR 691,3 milhões, um incremento de EUR 139,1 milhões (+25,2%) quando comparado com o final de 2018. De destacar o reforço significativo da posição de caixa e equivalentes, atingindo os EUR 386,7 milhões, um aumento de EUR 163,0 milhões face ao final de 2018 (+72,9%).

A TAP continuou durante o 1º semestre de 2019 a concretizar o objetivo de diversificação das suas fontes de financiamento e alargamento do prazo médio da dívida, sendo de realçar durante este período as seguintes operações:

- Financiamento com maturidade em 2034, no montante de aproximadamente EUR 137 milhões, colocado junto de investidores institucionais internacionais;
- Oferta Pública de Subscrição de Obrigações TAP 2019-2023 com prazo de 4 anos, no montante global de EUR 200 milhões, que contou com um total de 6.092 investidores de retalho e institucionais. As obrigações encontram-se admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

A maturidade média da dívida remunerada da TAP (excluindo leasings operacionais) no final do 1º semestre de 2019, aumentou em 1,4 anos face à maturidade média do final de 2018.

Por último, de salientar que durante o 1º semestre de 2019, no âmbito do Acordo de Adaptação e Monitorização de Passivo Financeiro relativo ao Grupo TAP, assinado no âmbito da privatização com diversas entidades bancárias portuguesas, a TAP deu início ao plano de amortizações de dívida previsto nesse acordo, tendo procedido até 30 de junho de 2019 à amortização do montante de EUR 58,0 milhões.

1.3. Principais desenvolvimentos do Plano Estratégico no 1º Semestre de 2019

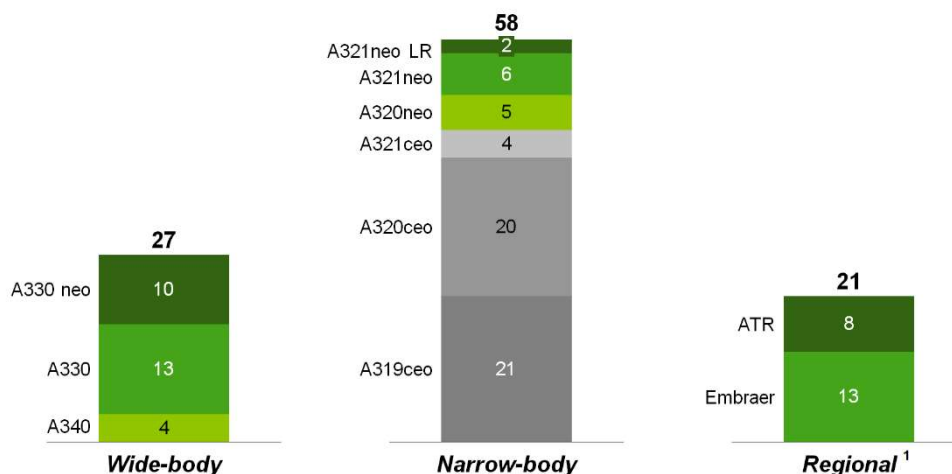
No decurso do 1º semestre de 2019 a TAP continuou a dar passos significativos na concretização do seu Plano Estratégico conforme se descreve de seguida.

Investimentos estratégicos

No decurso do 1º semestre de 2019 a TAP prosseguiu a sua estratégia de renovação e crescimento da frota com a entrada de 15 novas aeronaves Airbus de última geração da família NEO (7 A330-900neo, 2 A321LR, 2 A321neo e 4 A320neo).

A renovação da frota permite melhorar significativamente a oferta aos passageiros, bem como disponibilizar um produto consistente em todo o equipamento de longo curso. Estas aeronaves apresentam igualmente uma significativa eficiência, nomeadamente ao nível de poupança de combustível e de emissões de CO₂, o que vem ao encontro do objetivo da TAP se tornar uma empresa mais sustentável e menos poluente.

A 30 de Junho de 2019 a frota da TAP apresentava 106 aeronaves, com a seguinte composição:



1) Frotas da White e Portugalia, operadas em regime de wet-lease pela TAP

Estratégia operacional

Durante o 1º semestre de 2019 deu-se continuidade à estratégia de crescimento, explorando a posição geográfica estratégica da TAP por forma a capturar o tráfego entre América do Norte e do Sul e África para a Europa, mantendo-se a política de voos de longa distância. Continuou-se também o esforço centrado na promoção e consolidação do *hub* de Lisboa, ponto fulcral das ligações entre a Europa e os destinos intercontinentais.

Durante o 1º semestre de 2019 foram lançados novos destinos por forma a expandir o portfolio da Empresa, oferecendo mais opções aos Passageiros e contribuindo para reforçar ainda mais a rede da TAP. Neste contexto, o foco foi na consolidação e expansão do mercado da América do Norte, região em que a TAP tem vindo a melhorar a sua oferta através da inauguração de novas rotas - Washington DC, Chicago e São Francisco – destinos que tiveram início no decurso do 1º semestre de 2019, mas também de uma maior frequência de voos nas rotas já existentes. No 1º semestre de 2019 a América do Norte representou já 13,1% das receitas de passagens da TAP, valor que compara com 11,4% em 2018.

O Brasil continuou a ser um dos principais mercados da TAP, ainda que o primeiro semestre de 2019 se tenha caracterizado por uma queda das receitas explicada não só pelo abrandamento económico verificado, como pela desvalorização cambial do BRL face ao EUR (-4,7%), comparando o câmbio médio do 1º semestre de 2019 com o do período homólogo do ano anterior. De referir ainda que no primeiro trimestre de 2019 o PIB Brasileiro registou uma contração de 0,2% face ao 4º trimestre de 2018.

Os desenvolvimentos que têm vindo a ser implementados de rede e rotas não só criaram mais conexões ao *hub* de Lisboa, como também criaram um produto mais atrativo para os segmentos de lazer e *corporate*.

No final do 1º semestre de 2019 a TAP voava para 94 aeroportos em 36 países.

Para além da transformação na rede, a TAP tem-se focado nos seus clientes com várias medidas que visam o aumento da sua satisfação, nomeadamente:

- Melhorias operacionais para resolução dos atrasos dos voos;
- Acompanhamento do *Net Promoter Score* (“NPS”) e do impacto das ações de melhoria;
- Reforço do *call center* para atendimento de chamadas e resolução de problemas dos passageiros;
- Dinamização do programa de passageiro frequente Miles&Go, tornando-o cada vez mais adaptado às necessidades dos clientes. No decurso do 1º semestre de 2019 a TAP adicionou novos benefícios ao programa Miles&Go, passando os Clientes TAP Miles&Go a poder usar milhas para licitar *upgrades* e beneficiar da nova funcionalidade *Plusgrade* que permite fazer licitação com milhas para alterar lugares reservados em Classe Económica para Classe Executiva, em alternativa à licitação com dinheiro.

Os indicadores de pontualidade e regularidade da TAP no 1º semestre de 2019 registaram uma melhoria quando comparados com o período homólogo do ano anterior. O número de voos cancelados no semestre reduziu em 78,3% face a período homólogo do ano anterior, fazendo com que o número de voos cancelados totalizasse 0,5% do total de voos da Companhia, em linha com os padrões da indústria. A pontualidade global da Companhia melhorou 7,9 pontos no primeiro semestre face a período homólogo de 2018, com destaque para a Ponte Aérea, que teve uma melhora de 26,3 pontos na sua pontualidade.

Ao nível do NPS, a TAP subiu 11 posições no ranking das 28 Companhias aéreas da Star Alliance. Em apenas um ano, de junho de 2018 ao mesmo mês de 2019, a TAP subiu do 26º para o 15º lugar, escalando 26,2 pontos de NPS. O 2º trimestre de 2019 foi mesmo o período em que o NPS TAP, que expressa a satisfação dos clientes, mais se aproximou do NPS médio da Star Alliance, mostrando os bons resultados das iniciativas que têm vindo a ser implementadas pela Empresa.

O programa de fidelidade da TAP, TAP Miles&Go, tem vindo desde a sua reformulação no final do ano de 2018 a atingir patamares de atividade substancialmente acima dos verificados no ano anterior, sendo de realçar a aceleração da receita proveniente da venda de milhas, que atingiu no 1º semestre de 2019 EUR 21,6 milhões, valor que compara com EUR 9,1 milhões no período homólogo do ano anterior (+137%). Também o número de novos clientes atingiu os 541.000 no 1º Semestre de 2019, um aumento de 39% vs o mesmo período do ano passado.

Foco nos trabalhadores e melhoria da gestão

À semelhança do ano de 2018, o primeiro semestre ficou marcado pelo elevado esforço nos processos de recrutamento, seleção e contratação de trabalhadores para as diversas funções, com

especial destaque para pilotos e comissários/assistentes de bordo. Assim, de um total de 566 novas admissões no 1º semestre, foram contratados 144 pilotos e 222 comissários/assistentes de bordo.

De entre os principais projetos implementados na área de Recursos humanos no 1º semestre de 2019 destacam-se a revisão do Programa de Facilidades de Passagens, tornando-o mais uniforme, transversal e equitativo, e a criação do *RH Consigo*, um ponto único de contacto entre os colaboradores da TAP e a Direção de Recursos Humanos, com novos canais de comunicação com a equipa de RH.

Rentabilidade

No contexto das transformações ocorridas na Empresa, o primeiro semestre de 2019 foi um período ainda impactado ao nível da rentabilidade por diversos fatores, dos quais realçamos a queda do mercado brasileiro, o dimensionamento da operação da TAP para um patamar mais elevado de atividade com o *phase-in* de novos aviões e *phase-out* de aviões mais antigos, bem como os constrangimentos que continuaram a afetar o aeroporto de Lisboa.

Assim, no 1º semestre de 2019 assistiu-se a uma queda das receitas do mercado brasileiro em resultado da má performance económica do país, bem como pela desvalorização cambial ocorrida. Note-se que, apesar da perda de peso que tem vindo a sofrer, fruto da estratégia de diversificação de mercados, o Brasil continua ainda a ser um dos principais mercados da TAP pelo que a recuperação da economia Brasileira constituirá um fator fundamental para a melhoria da rentabilidade das rotas da América Latina.

Por outro lado, o crescimento e renovação da frota por forma a permitir o aumento de frequências e abertura de novas rotas, implica necessariamente custos resultantes do desfasamento entre os custos incorridos e o momento em que se inicia a geração de receitas. O momento de *phase-out* das aeronaves mais antigas não é inteiramente coincidente com o *phase-in* das novas aeronaves, levando a que exista uma duplicação e conseqüente aumento de custos durante a fase inicial. De forma similar, também ao nível dos recursos humanos, os novos colaboradores contratados para fazer face ao crescimento do transporte aéreo, necessitam no geral de períodos relativamente prolongados de formação antes de entrarem ao serviço, sem que exista durante esse período geração de receitas associadas a essas contratações. Adicionalmente, de referir que o *phase-out* de equipamentos mais antigos da frota TAP tem exigido maior envolvimento da área de manutenção, diminuindo a capacidade de prestação de serviços de manutenção para terceiros de revisões periódicas, não afetando no entanto a capacidade de manutenção de motores.

Por último, salienta-se que os constrangimentos que têm afetado o aeroporto de Lisboa, têm impacto direto na pontualidade e conseqüentemente na rentabilidade da Empresa. Estimamos que as

restrições de infra-estrutura (incluindo controlo de tráfego aéreo) em Lisboa tenham um impacto de 15-20 p.p. na pontualidade da TAP.

Deste modo, entende-se que uma vez normalizada a operação, a TAP poderá beneficiar das mudanças implementadas, retomando a trajetória de recuperação da rentabilidade registada desde a privatização.

Note-se que durante o 2º trimestre de 2019 verificaram-se já sinais de inversão de tendência, com crescimento significativo do EBIT face ao 2º trimestre do ano anterior. O EBIT do 2º trimestre de 2019 foi de EUR 16,4 milhões, um aumento de EUR 14,5 milhões face ao período homólogo do ano anterior. Adicionalmente, de realçar a sazonalidade característica do transporte aéreo, em que o 2º semestre regista níveis de atividade superior ao 1º semestre.

Capitalização e dívida

Durante o 1º semestre foram realizadas duas operações de financiamento de grande dimensão no montante agregado de EUR 337 milhões, que permitiram à TAP diversificar as suas fontes de financiamento e alargar o prazo médio da sua dívida, reforçando significativamente a posição de liquidez da Empresa.

A maturidade média da dívida remunerada da TAP (excluindo leasings operacionais) no final do 1º semestre de 2019, aumentou em 1,4 anos face à maturidade média do final de 2018.

Realça-se que a forte procura registada pela emissão de Obrigações TAP 2019-2023 realizada em junho de 2019, permitiu que o montante final da oferta fosse elevado para EUR 200 milhões, 4 vezes o valor inicial de EUR 50 milhões.

Por último, de salientar que durante o 1º semestre de 2019, no âmbito do Acordo de Adaptação e Monitorização de Passivo Financeiro relativo ao Grupo TAP, assinado no âmbito da privatização com diversas entidades bancárias portuguesas, a TAP deu início ao plano de amortizações de dívida previsto nesse acordo, tendo procedido até 30 de junho de 2019 à amortização do montante de EUR 58,0 milhões.

Balanço Social e Ambiental

A criação de emprego e geração de receita fiscal é um contributo social e financeiro relevante da TAP para a economia portuguesa. A TAP tem atualmente 8.800 trabalhadores, tendo procedido a 566 novas admissões no primeiro semestre de 2019. No primeiro semestre do ano, os custos com pessoal da TAP totalizaram os EUR 333 milhões, colocando a TAP entre os maiores empregadores do País.

A TAP também contribui expressivamente para a receita fiscal e contribuições sociais pagando no primeiro semestre de 2019 cerca de EUR 138 milhões em impostos e contribuições sociais (valor líquido de impostos recebidos).

Noutra perspetiva, a importância da TAP advém também da sua contribuição para o turismo nacional: apenas no primeiro semestre de 2019, a Companhia foi responsável por trazer mais de dois milhões de turistas a Portugal, que contribuíram com mais de EUR 1,2 mil milhões em gastos na economia nacional. A TAP é também a maior exportadora de serviços de Portugal.

Do ponto de vista ambiental, a já referida modernização da frota da TAP com aeronaves consideravelmente mais eficientes já trouxe melhorias significativas no consumo de combustível e na emissão de CO₂. Note-se que entre 2015 e 2018, o indicador de desempenho ambiental da operação global da TAP melhorou 13,5% (emissões de CO₂ por passageiro) e a tendência é de melhoria. Para 2019, a TAP estima uma redução de 4,5% neste indicador, fruto da entrada em operação dos aviões NEO de última geração da Airbus que permitem à TAP ser uma das Companhias com uma das frotas mais modernas, eficientes e amigas do ambiente.

2. PERSPETIVAS

2.1. Enquadramento Setorial

De acordo com as estimativas revistas da IATA (a junho de 2019), o crescimento de capacidade (ASK) na Europa em 2019 deverá ser de 5,6%, acima do crescimento a nível global (4,7%). No que se refere ao crescimento estimado do tráfego de passageiros medido por RPK em 2019, este é de 4,9% na Europa e 5,0% a nível global. Apesar do crescimento significativo em ambos os indicadores, existe a expectativa de desaceleração do crescimento face ao verificado no ano anterior, transversal a todas as regiões.

	Capacidade (ASK) %YoY					Tráfego de Passageiros (RPK) %YoY				
	2017	2018	2019E	2018 vs 2017	2019E vs 2018	2017	2018	2019E	2018 vs 2017	2019E vs 2018
Global	6,7%	6,9%	4,7%	0,2p.p.	-2,2p.p.	8,1%	7,4%	5,0%	-0,7p.p.	-2,4p.p.
Regiões										
América do Norte	3,8%	4,9%	4,1%	1,1p.p.	-0,8p.p.	3,9%	5,3%	4,3%	1,4p.p.	-1,0p.p.
Europa	6,7%	6,6%	5,6%	-0,1p.p.	-1,0p.p.	9,1%	7,5%	4,9%	-1,6p.p.	-2,6p.p.
Ásia-Pacífico	9,1%	8,8%	5,7%	-0,3p.p.	-3,1p.p.	10,9%	9,5%	6,3%	-1,4p.p.	-3,2p.p.
Médio Oriente	6,7%	5,9%	0,6%	-0,8p.p.	-5,3p.p.	6,8%	5,0%	2,0%	-1,8p.p.	-3,0p.p.
América Latina	5,5%	7,3%	5,1%	1,8p.p.	-2,2p.p.	7,4%	7,0%	6,2%	-0,4p.p.	-0,8p.p.
África	3,5%	4,4%	3,7%	0,9p.p.	-0,7p.p.	7,0%	6,1%	4,3%	-0,9p.p.	-1,8p.p.

Fonte: IATA (Junho 2019)

Em termos de receita global de transporte aéreo, a IATA reviu em baixa a sua estimativa para 2019, para um valor de USD 865 mil milhões, inferior em USD 20 mil milhões ao valor estimado em dezembro de 2018, mas que representa ainda assim um crescimento de 6,5% vs 2018 e acima do aumento de capacidade (ASK) esperado no mesmo período (+4,7%). Este crescimento deverá ser sustentado pela aceleração do crescimento de outras receitas adjacentes (+17,9%), uma vez que a receita de passageiros deverá registar um crescimento inferior ao das receitas totais e a receita de carga não deverá crescer em 2019.

	Receita global do setor da aviação comercial (USD mil milhões)				
	2017	2018	2019E	2018 vs 2017	2019E vs 2018
Receita Total	755	812	865	7,5%	6,5%
Receita de Passageiros	534	561	589	5,1%	5,0%
Receita de Carga	96	111	111	16,1%	0,0%
Outros	125	140	165	11,7%	17,9%

Fonte: IATA (Junho 2019)

2.2. Perspetivas para o 2º Semestre de 2019

Neste contexto sectorial global e Europeu, a TAP pretende continuar a concentrar-se nas prioridades que estabeleceu para 2019:

- Incrementar a rentabilidade da Companhia, aumentando a receita e controlando os custos.
- Melhorar o serviço ao cliente, concentrando-se na pontualidade e na melhoria da experiência a bordo com maior conforto.

- Melhorar a eficiência da frota, com a operacionalização dos novos aviões e concentração nas rotas rentáveis.
- Formar e treinar os novos colaboradores por forma a dar resposta às exigências de crescimento da Empresa em termos de frota e destinos.

No decurso do 2º semestre de 2019 a TAP estima que venha a proceder à substituição de 14 aeronaves mais antigas por novas aeronaves Airbus de última geração da família NEO. A chegada destes novos aviões que apresentam um consumo de combustível inferior aos anteriores modelos, permitirá uma redução ainda mais significativa do consumo de combustível. Estes aviões apresentam também uma redução do ruído da cabina que se traduz numa melhoria de conforto para o passageiro.

O impacto do lançamento das novas rotas da TAP, algumas ainda no primeiro semestre (Telavive, Basileia, Dublin, Chicago, Washington, S. Francisco, Nápoles e Tenerife) e outras já no segundo semestre (Conacri e Porto-Bruxelas, Porto-Munique para Munique, Lisboa-Banjul), só surtirá efeitos plenos na segunda metade do ano. Esse efeito das novas rotas e de frequências acrescidas, aliado ao tradicional maior tráfego do segundo semestre, permite antever para o resto do ano um novo recorde em termos de número de passageiros transportados.

A aposta no mercado dos EUA afigura-se como fundamental para a diminuição da dependência do mercado brasileiro e simultaneamente, de diversificação da moeda das receitas (USD).

Ainda que se antecipe que o 2º semestre de 2019 permaneça um período de transição em termos de resultados, pela entrada de novos aviões na frota, como já referido, e pela evolução gradual da rentabilidade das novas rotas, típica do setor, a recuperação dos resultados registada no segundo trimestre de 2019 deixa uma perspetiva de melhoria contínua nos últimos seis meses deste ano, mantendo-se a expectativa de atingir um resultado operacional melhor do que em 2018.

O desempenho da Companhia na segunda metade do ano de 2019 estará naturalmente condicionado pela conjuntura económica nacional e internacional e em especial pela evolução dos seguintes fatores: i) procura por passagens aéreas nos principais mercados da TAP, nomeadamente Portugal, Brasil e EUA; ii) preço do jet fuel nos mercados internacionais e; iii) taxa de câmbio das principais moedas a que a TAP está exposta, nomeadamente o USD e BRL face ao Euro e ainda pela capacidade dos fornecedores de cumprimento dos prazos na entrega das novas aeronaves.

3. PRINCIPAIS EVENTOS DO 1º SEMESTRE DE 2019

Janeiro 2019

- Anúncio de novas ligações entre o Porto e Nova Iorque / Newark com início a partir de 1 de junho, passando dos atuais dois voos por semana entre as duas cidades para seis voos semanais.
- Início das vendas dos novos destinos da TAP a partir do Porto (Bruxelas e Munique) que começarão a operar a partir do dia 1 de setembro.
- Conclusão de uma operação de financiamento coordenada pelo Macquarie Group, no valor de aproximadamente EUR 137 milhões.

Fevereiro 2019

- A TAP foi distinguida em Phoenix nos *MicroStrategy Customer Awards* 2019, em reconhecimento pelos *dashboards* desenvolvidos para a Companhia, que permitem continuar a melhorar o desempenho global, nomeadamente a pontualidade e a satisfação dos clientes.
- A TAP recebe em Lisboa um novo airbus A320neo, a primeira aeronave deste modelo a chegar à Companhia este ano, dando sequência ao objetivo de modernização da sua frota.
- A TAP anuncia o aumento das ligações entre o Porto e São Paulo, com início a partir de Junho, passando a ter três ligações entre as duas cidades.
- A TAP adiciona novos benefícios ao programa de fidelização *Miles&Go*, passando os Clientes TAP *Miles&Go* a poder utilizar milhas para licitar *upgrades* e beneficiar da nova funcionalidade *Plusgrade* que permite fazer licitação com as suas milhas para alterar lugares reservados em Classe Económica para Classe Executiva, em alternativa à licitação com dinheiro.

Março 2019

- A TAP anuncia Conacri como novo destino a partir de julho com oferta de três voos por semana, passando assim a voar para 17 cidades em 11 países africanos.
- A TAP celebra 74 anos e estende o Programa *Stopover* ao Brasil. Em dia de aniversário, recebe o quinto novo avião Airbus A330neo.
- A TAP realizou o primeiro voo comercial de um A330neo nos EUA, num voo realizado entre Lisboa e Miami.
- A TAP conquistou no mês de março, o primeiro lugar de pontualidade na lista de companhias aéreas europeias que mais operam no Aeroporto Humberto Delgado – Lisboa.

Abril 2019

- A TAP realiza o voo inaugural entre Lisboa e Telavive. A Companhia inicia também os voos diretos para Dublin e Basileia.
- A TAP recebe o primeiro Airbus A321 Long Range, tornando-se a primeira companhia aérea do mundo a operar em simultâneo o Airbus A330neo e o Airbus A321 Long Range. O Airbus

A321 Long Range é o primeiro avião *narrow body* da TAP com capacidade para operar rotas transatlânticas, permitindo expandir as ligações na costa Leste dos EUA e no Nordeste do Brasil.

Maio 2019

- A TAP atinge os 100 aviões na sua frota, pela primeira vez em 74 anos de existência, ao receber mais um Airbus A330neo.

Junho 2019

- A TAP é premiada nos *World Travel Awards* numa cerimónia realizada na ilha da Madeira, vencendo nas três categorias para as quais estava nomeada. Foi considerada i) Companhia Aérea Europeia Líder nas ligações a África, ii) Companhia Aérea Europeia Líder nas ligações à América do Sul e ainda iii) Companhia Aérea Europeia com a Melhor Revista de Bordo, a revista UP.
- A TAP recebe mais três Airbus A330neo em dois dias.
- A TAP inaugura voos para Washington DC completando a série de novas rotas lançadas este ano para a América do Norte. No mesmo mês em que inaugura três novas rotas para os EUA (Chicago, São Francisco e Washington), a TAP reforça também a sua rede na Europa, com a estreia de Nápoles, em Itália e Tenerife, em Espanha. Nápoles é a sexta rota da TAP para Itália e Tenerife a décima primeira rota em Espanha e a segunda nas Canárias.
- A TAP conclui uma oferta inaugural no mercado obrigacionista português. A emissão, no montante de EUR 200 milhões, foi a maior oferta pública de subscrição de obrigações por parte de um Emitente *Corporate* no Mercado de Capitais Português desde 2012. Participaram na Oferta mais de 6.000 investidores (de retalho e institucionais).

4. GESTÃO DE RISCO

A TAP utiliza a metodologia de *Corporate Risk Management* com o objetivo de identificar, avaliar e monitorizar os indicadores relevantes para a gestão, dos principais riscos da Organização.

Uma vez identificados os riscos, a gestão dos mesmos, passa por:

- Aceitar - caso o nível de risco monitorizado se encontre no intervalo de variação em conformidade com o estabelecido pela organização;
- Partilhar/Transferir - através da constituição de contratos de seguro ou de *outsourcing* de funções;
- Mitigar - através de procedimentos que permitam minimizar o impacto, bem como controlar o processo no patamar de risco considerado como aceitável para a organização;
- Não-aceitação - “no go “ do processo ou atuação, sempre que o nível de risco não é adequado à operação pretendida e ao perfil de risco da organização.

Os principais riscos aplicáveis à TAP encontram-se identificados no Relatório de Gestão de 2018.

Os principais riscos internos são os relacionados com: i) risco operacional; ii) recursos humanos; iii) segurança; iv) riscos informáticos; v) controlo interno e vi) organização comercial.

Os principais riscos externos são os relacionados com: i) ataque cibernético, ii) envolvente económica, iii) normativo legal; iv) infraestruturas aeroportuárias, v) evolução do setor e vi) parcerias.

Os principais riscos acima identificados são os previstos para o segundo semestre de 2019.

ANEXOS

I - ÓRGÃOS SOCIAIS

Triénio 2018-2020

Por deliberação social unânime por escrito de 31 de janeiro de 2018, do acionista único TAP-Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Vítor Pereira da Neves <i>Nomeado em 28 de junho de 2019, através de deliberação social unânime por escrito do acionista único TAP-Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.</i>
Secretário da Sociedade	Ana Maria Sirgado Malheiro

Conselho de Administração

Presidente	Humberto Manuel dos Santos Pedrosa
Vogal	David Gary Neeleman
Vogal	Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves
Vogal	David Humberto Canas Pedrosa
Vogal	Raffael Guarita Quintas Alves

Comissão Executiva

Por deliberação do Conselho de Administração, de 31 de janeiro de 2018

Presidente	Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves
Vogal	David Humberto Canas Pedrosa
Vogal	Raffael Guarita Quintas Alves

Secretário da Sociedade

Por deliberação do Conselho de Administração, de 31 de janeiro de 2018

Secretário da Sociedade	Ana Maria Sirgado Malheiro
Secretário da Sociedade Suplente	Carlos Neves de Almeida

Conselho Fiscal

Transportes Aéreos Portugueses, S.A.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Doc.	Mandatos exercidos	
				Nº	Data da 1ª designação
2018-2020	Conselho Fiscal	Sérgio Sambade Nunes Rodrigues	Deliberação Social Unânime por Escrito	2	13.nov.2015
		Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	Deliberação Social Unânime por Escrito	2	13.nov.2015
		Maria Susana da Mota Furtado e Almeida Rodrigues	Deliberação Social Unânime por Escrito	2	13.nov.2015
	Suplente	João Miguel Guerreiro Aranha	Deliberação Social Unânime por Escrito	1	31.jan.2018

Revisor Oficial de Contas

Efetivo Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda. representada por Joaquim Oliveira de Jesus
 Suplente Fernando Marques Oliveira

II - PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS, VALORES MOBILIÁRIOS DETIDOS POR TITULARES DE ÓRGÃOS SOCIAIS E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

1. Participações qualificadas no capital da sociedade a 30 de junho de 2019

Titulares c/ Participação Qualificada	Capital/Direitos de Voto (%)	N.º de Ações
TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS S.A.		
▪ Diretamente	100%	8.300.000
<i>Que por sua vez tem como acionistas titulares de participações qualificadas:</i>		
▪ Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. (Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, detém 100% do capital social)	50%	750.000
▪ Outros*	5%	75.000
▪ Atlantic Gateway, SGPS, Lda.	45%	675.000
<i>Que por sua vez tem como acionistas titulares de participações qualificadas:</i>		
▪ HPGB, SGPS, S.A. (Humberto Manuel dos Santos Pedrosa detém 96,86% do capital social)	50%	
▪ DGN Corporation (David Gary Neeleman detém 100% do capital social)	40%	
▪ GAVA Aviation Investment Limited (Global Airline Ventures LLC detém 54,55% do capital social; Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. detém 45,45% do capital social)	10%	

*Em 10 de abril de 2017, foi lançada uma oferta pública de venda de ações da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS S.A. (“TAP SGPS”) reservada a trabalhadores da TAP SGPS e de outras sociedades do Grupo TAP, no âmbito do processo de reprivatização indireta do capital social da TAP, de acordo com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 42-A/2017, de 23 de março de 2017, na sequência da qual trabalhadores do Grupo TAP adquiriram um total de 75.000 ações representativas de 5% do capital social e dos direitos de voto da TAP SGPS, tendo já parte dessas ações sido alienada a favor de terceiros.

2. Indicação do número de valores mobiliários emitidos pela TAP e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo detidos por titulares de órgãos sociais, e todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o período considerado

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 9.º, n.º 1, alínea a) do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, informa-se que o Exmo. Senhor Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves, Presidente da Comissão Executiva e Vogal do Conselho de Administração da TAP, adquiriu, em 24 de junho de 2019, um total de 20 (vinte) obrigações, no montante agregado correspondente a € 20.000,00 (vinte mil euros), no âmbito da oferta pública de subscrição de obrigações emitida pela TAP (“Obrigações TAP 2019-2023”), mantendo à presente data a acima descrita posição.

3. Declaração emitida nos termos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 246.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Transportes Aéreos Portugueses, S.A. abaixo identificados declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras condensadas referentes ao primeiro semestre do exercício de 2019 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes que ocorreram no período a que se refere e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes

Lisboa, 20 de setembro de 2019

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Humberto Manuel dos Santos Pedrosa
Presidente do Conselho de Administração

David Gary Neeleman
Vogal do Conselho de Administração

Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves
Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva

David Humberto Canas Pedrosa
Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva

Raffael Guarita Quintas Alves
Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva

III - GLOSSÁRIO

ASK: Available seat kilometer/ Lugar-quilómetro; número total de lugares disponíveis para venda multiplicado pelo número de quilómetros voados.

Block Hours: Número de horas entre partida e chegada de um voo, medido o tempo a partir do momento em que são retirados ou colocados os calços.

Code-Share: Código repartido; acordo entre duas companhias a operar em parceria, mediante a qual oferecem serviços no mesmo avião, mantendo os respetivos códigos IATA, números de voo e marcas.

EBITDAR ajustado: Resultados Operacionais + Rendas de aeronaves + Gastos de reestruturação + Outros itens não recorrentes + Depreciações, amortizações e perdas por imparidade.

Hub: Termo utilizado para designar a base operacional de uma companhia aérea, em que chegadas e partidas são coordenadas, por forma a reduzir ao máximo, o tempo de trânsito.

IATA: *International Air Transport Association.*

Load Factor: Número total de passageiro-quilómetros (*RPK*) dividido pelo número total de lugar-quilómetros (*ASK*).

Net Promoter Score: Metodologia que mede o grau de fidelização dos consumidores de qualquer tipo de empresa.

Pontualidade Standard da Industria: Medida pela percentagem do número de voos com partidas até 15 minutos após a hora da partida publicada em horário.

Regularidade: Percentagem de voos efetivamente realizados, do total de voos planeados.

RPK: *Revenue passenger kilometer / Passageiro-quilómetro;* número total de passageiros multiplicado pelo número de quilómetros voados.

Shop Visit: Evento de manutenção de um motor em oficina.

Wet lease: Contrato em que uma companhia aérea disponibiliza o avião, a tripulação completa, efetua a manutenção e suporta o seguro do avião (*ACMI- Aircraft, Crew, Maintenance and Insurance*), recebendo, em contrapartida, o pagamento pelas horas operadas. A companhia que contrata esse serviço suporta os restantes custos como combustíveis, taxas aeroportuárias e reservas.

Yield de Passageiros: Receita do tráfego de passageiros dividida pelo número total de passageiro-quilómetros (*RPK*).

IV - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM FINALIDADE ESPECIAL



TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
COM FINALIDADE ESPECIAL
30 DE JUNHO DE 2019

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	3
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	5
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
INTRODUÇÃO	8
1 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	13
2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	24
3 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	27
4 ATIVOS INTANGÍVEIS	28
5 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	28
6 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	29
7 OUTRAS CONTAS A RECEBER	31
8 INVENTÁRIOS	33
9 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO A RECEBER/PAGAR	34
10 OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES	34
11 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	36
12 CAPITAL	36
13 PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES E RESERVAS	36
14 PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	37
15 PROVISÕES	41
16 PASSIVOS REMUNERADOS	42
17 PASSIVOS COM OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	44
18 OUTRAS CONTAS A PAGAR	45
19 OUTROS PASSIVOS CORRENTES	47
20 DOCUMENTOS PENDENTES DE VOO	48
21 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	48
22 RELATO POR SEGMENTOS	48
23 OUTROS RENDIMENTOS	49
24 GASTOS POR NATUREZA	49
25 CUSTOS COM O PESSOAL	52
26 IMPARIDADES DE CONTAS A RECEBER, INVENTÁRIOS E PROVISÕES	52
27 OUTROS GASTOS	53
28 REESTRUTURAÇÃO	53
29 OUTROS ITENS NÃO RECORRENTES	53
30 DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE	54
31 RESULTADOS FINANCEIROS	55
32 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	55
33 RESULTADOS POR AÇÃO	55
34 COMPROMISSOS	56
35 CONTINGÊNCIAS	56
36 PARTES RELACIONADAS	58
37 EVENTOS SUBSEQUENTES	61

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Valores em Euros	Nota	30-jun-19	31-dez-18
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	2	2.476.477.273	521.036.349
Propriedades de investimento	3	3.130.764	1.925.764
Ativos intangíveis	4	18.466.971	11.245.385
Participações financeiras		172.325	172.310
Outros ativos financeiros	5	5.298.774	481.040
Outros ativos não correntes	10	20.016.474	-
Ativos por impostos diferidos	6	83.426.376	91.040.705
Outras contas a receber	7	96.600.103	61.136.878
		2.703.589.060	687.038.431
Ativo corrente			
Inventários	8	85.406.748	63.944.563
Outras contas a receber	7	1.331.552.922	1.154.621.266
Imposto sobre o rendimento a receber	9	38.455.799	8.329.644
Outros ativos financeiros	5	13.306.068	13.224.721
Outros ativos correntes	10	44.272.081	52.102.695
Caixa e seus equivalentes	11	386.714.615	223.714.593
		1.899.708.233	1.515.937.482
Total do ativo		4.603.297.293	2.202.975.913
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e reservas			
Capital	12	41.500.000	41.500.000
Prestações suplementares	13	154.353.400	154.353.400
Reserva legal	13	8.300.000	8.300.000
Reservas de justo valor	13 e 21	6.912.408	(29.132.283)
Outras reservas	13	(200.588)	(200.588)
Resultados transitados	13	8.354.399	(11.956.732)
Resultado líquido do período		(111.981.794)	(58.065.358)
Total do capital próprio		107.237.825	104.798.439
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	6	58.730.294	18.760.179
Pensões e outros benefícios pós-emprego	14	102.520.899	86.212.751
Provisões	15	60.006.773	12.214.655
Passivos remunerados	16	872.264.926	595.293.034
Passivos com obrigações contratuais	17	1.455.163.224	-
Outras contas a pagar	18	-	49.741.211
		2.548.686.116	762.221.830
Passivo corrente			
Passivos remunerados	16	205.700.322	180.646.796
Passivos com obrigações contratuais	17	360.225.687	-
Outras contas a pagar	18	613.423.454	667.492.728
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	9	17.430	19.326
Outros passivos correntes	19	88.153.192	94.331.082
Documentos pendentes de voo	20	679.853.267	393.465.712
		1.947.373.352	1.335.955.644
Total do passivo		4.496.059.468	2.098.177.474
Total do capital próprio e passivo		4.603.297.293	2.202.975.913

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 30 de junho de 2019.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores em Euros	Nota	30-jun-19	30-jun-18
Rendimentos e ganhos operacionais			
Passagens	22	1.275.122.771	1.279.167.068
Manutenção	22	92.523.080	124.651.326
Carga e correio	22	65.789.589	66.794.773
Outros rendimentos	23	15.420.002	19.086.346
		1.448.855.442	1.489.699.513
Gastos e perdas operacionais			
Combustível para aeronaves	24	(360.281.462)	(357.531.618)
Custos operacionais de tráfego	24	(374.325.170)	(451.461.479)
Rendas de aeronaves	24	-	(71.009.884)
Gastos com manutenção de aeronaves	24	(28.445.783)	(65.642.674)
Custo dos materiais consumidos	24	(64.658.855)	(94.252.627)
Custos comerciais, marketing e comunicação	24	(84.092.237)	(93.567.444)
Custos com o pessoal	25	(332.945.317)	(286.482.523)
Imparidade de contas a receber, inventários e provisões	26	(330.505)	(78.467)
Outros gastos	27	(71.602.086)	(66.336.810)
Reestruturação	28	(3.635.472)	(3.548.701)
Outros itens não recorrentes	29	(919.197)	(14.333.638)
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	30	(212.582.968)	(31.218.255)
Resultados operacionais		(84.963.610)	(45.764.607)
Juros e rendimentos similares obtidos	31	16.613.565	18.853.772
Juros e gastos similares suportados	31	(71.921.097)	(16.445.083)
Diferenças de câmbio líquidas	31	(2.087.137)	(46.734.960)
Resultados antes de impostos		(142.358.279)	(90.090.878)
Imposto sobre o rendimento	32	30.376.485	20.011.873
Resultado líquido do período		(111.981.794)	(70.079.005)
Resultados por ação			
Resultados básicos e diluídos por ação	33	(13,5)	(8,4)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados em 30 de junho de 2019.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Valores em Euros	Nota	30-jun-19	30-jun-18
Resultado líquido		(111.981.794)	(70.079.005)
Elementos que poderão vir a ser reclassificados subsequentemente por resultados:			
Ganhos e perdas em instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	21	51.127.221	5.763.493
Imposto diferido de instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	6	(15.082.530)	(1.700.230)
Elementos que não serão reclassificados por resultados:			
Remensurações de planos de benefícios definidos pós-emprego	14	(17.824.911)	(8.306.538)
Imposto diferido de remensurações	6	5.258.349	2.450.429
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		23.478.129	(1.792.846)
Rendimento integral		(88.503.665)	(71.871.851)

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral em 30 de junho de 2019.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

	Nota	Capital	Prestações suplementares	Reserva legal	Reservas de justo valor	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Valores em Euros									
Capital próprio em 1 de janeiro de 2018		41.500.000	154.353.400	8.300.000	-	(200.588)	(70.390.762)	100.411.383	233.973.433
Aplicação do resultado líquido do exercício 2017		-	-	-	-	-	100.411.383	(100.411.383)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(30.000.000)	-	(30.000.000)
Remensurações*	6 e 14	-	-	-	-	-	(5.856.109)	-	(5.856.109)
Justo valor de instrumentos financeiros derivados*	6 e 21	-	-	-	4.063.263	-	-	-	4.063.263
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	(70.079.005)	(70.079.005)
Capital próprio em 30 de junho 2018		41.500.000	154.353.400	8.300.000	4.063.263	(200.588)	(5.835.488)	(70.079.005)	132.101.582
Remensurações*	6 e 14	-	-	-	-	-	(6.121.244)	-	(6.121.244)
Justo valor de instrumentos financeiros derivados*	6 e 21	-	-	-	(33.195.546)	-	-	-	(33.195.546)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	12.013.647	12.013.647
Capital próprio em 31 de dezembro de 2018		41.500.000	154.353.400	8.300.000	(29.132.283)	(200.588)	(11.956.732)	(58.065.358)	104.798.439
Aplicação do resultado líquido do exercício 2018		-	-	-	-	-	(58.065.358)	58.065.358	-
Alteração de política contabilística - adoção IFRS 16	1.2.	-	-	-	-	-	90.943.051	-	90.943.051
Remensurações*	6 e 14	-	-	-	-	-	(12.566.562)	-	(12.566.562)
Justo valor de instrumentos financeiros derivados*	6 e 21	-	-	-	36.044.691	-	-	-	36.044.691
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	(111.981.794)	(111.981.794)
Capital próprio em 30 de junho 2019		41.500.000	154.353.400	8.300.000	6.912.408	(200.588)	8.354.399	(111.981.794)	107.237.825

* Montantes líquidos de impostos diferidos, quando aplicável

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações nos capitais próprios em 30 de junho de 2019.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em Euros	30-jun-19	31-dez-18	30-jun-18
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	1.728.640.947	3.364.357.295	1.714.141.552
Pagamentos a fornecedores	(1.192.366.803)	(2.766.811.521)	(1.307.964.600)
Pagamentos ao pessoal	(312.648.129)	(567.176.507)	(269.496.448)
Pagamentos de rendas de locação de curto prazo e baixo valor	(4.260.336)	-	-
Fluxos gerados pelas operações	219.365.679	30.369.267	136.680.504
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento	574.281	(14.903.006)	1.176.156
Outros (pagamentos)/recebimentos da atividade operacional	49.408.312	(7.978.494)	(40.749.757)
Fluxos das atividades operacionais (1)	269.348.272	7.487.767	97.106.903
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos financeiros	-	66.543.254	22.414.761
Ativos fixos tangíveis	18.139.709	44.586.526	17.490.051
Subsídios de investimento	-	256.530	-
Empréstimos concedidos	318.790.000	793.950.596	280.640.596
Juros e proveitos similares	14.431.134	35.663.848	15.395.388
	351.360.843	941.000.754	335.940.796
Pagamentos respeitantes a:			
Outros ativos financeiros	(6.583.661)	(7.497.818)	(7.497.819)
Ativos fixos tangíveis	(90.347.196)	(124.887.681)	(58.145.544)
Ativos intangíveis	(2.955.544)	(7.345.321)	(1.852.707)
Empréstimos concedidos	(325.190.000)	(793.835.000)	(312.725.000)
	(425.076.401)	(933.565.820)	(380.221.070)
Fluxos das atividades de investimento (2)	(73.715.558)	7.434.934	(44.280.274)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	327.045.778	70.000.000	70.000.000
Contratos de locação financeira	-	96.397.383	71.496.988
	327.045.778	166.397.383	141.496.988
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	(76.176.264)	(7.500.000)	(7.500.000)
Contratos de locação financeira	(19.067.333)	(45.471.784)	(21.697.675)
Obrigações contratuais com leasing operacional	(185.431.626)	-	-
Juros e custos similares	(15.950.215)	(30.195.851)	(16.518.909)
Juros relacionados com contratos de locação operacional	(52.031.178)	-	-
Dividendos	-	(30.000.000)	-
	(348.656.616)	(113.167.635)	(45.716.584)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(21.610.838)	53.229.748	95.780.404
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3)	174.021.876	68.152.449	148.607.033
EFETO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO	(695.937)	(11.891.274)	(11.635.989)
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	213.354.955	157.093.780	157.093.780
FUSÃO DA Megasis	33.721	-	-
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	386.714.615	213.354.955	294.064.824

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa em 30 de junho de 2019.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

A Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (“Empresa” ou “TAP S.A.”) é uma sociedade anónima de capitais públicos, com sede em Lisboa, que se rege pelo disposto no Decreto-Lei nº 312/91, de 17 de agosto, e que sucedeu à empresa pública Transportes Aéreos Portugueses, E.P., continuando a personalidade jurídica desta e conservando todos os direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da sua transformação em sociedade anónima.

A principal atividade da Empresa consiste no transporte aéreo de passageiros, carga e correio, operando regularmente em Portugal Continental e Regiões Autónomas, Europa, África, Atlântico Norte, Atlântico Médio, Atlântico Sul e Médio Oriente. Tem 21 representações em países estrangeiros e 4 em Portugal. Adicionalmente, executa trabalhos de manutenção e engenharia para a sua frota e para terceiros.

Sede Social Aeroporto de Lisboa, Edifício 25

Capital Social 41.500.000 Euros

N.I.P.C. 500 278 725

A Empresa encontra-se filiada na IATA – *International Air Transport Association*.

No âmbito do processo de reprivatização do Grupo TAP (“Processo de Reprivatização”), foi celebrado no dia 24 de junho de 2015, entre a Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. (“Parpública”) (como vendedora), a DGN Corporation (“DGN”) e a HPGB, SGPS, S.A. (“HPGB”) (como proponentes) e a Atlantic Gateway, SGPS, S.A. (“Atlantic Gateway”, que atualmente adotou o tipo de sociedade por quotas) (como compradora), o “Acordo de Venda Direta” da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (“TAP SGPS”), o qual ficou concluído em 12 de novembro de 2015, com a transmissão, pela Parpública a favor da Atlantic Gateway, de 915.000 ações escriturais, nominativas, representativas de 61% do capital social da TAP SGPS permanecendo a Parpública com os restantes 39%.

Para além do “Acordo de Venda Direta” já referido, importa ainda destacar, de entre os vários instrumentos contratuais também assinados em 24 de junho de 2015, o “Acordo de Compromissos Estratégicos” celebrado entre o Estado Português, a Parpública, a TAP SGPS, a TAP S.A., a DGN, a HPGB e a Atlantic Gateway, nos termos do qual as partes estabelecem os termos e condições gerais para a implementação do projeto estratégico, apresentado no âmbito do Processo de Reprivatização e a Atlantic Gateway, a HPGB, a DGN e a TAP S.A. assumem, perante o Estado e a Parpública, determinados compromissos estratégicos, entre os quais a promoção do *hub* nacional e a manutenção da sede da TAP S.A. e da Portugália – Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (“Portugália”) em Portugal.

Em 12 de novembro de 2015, com a aquisição pela Atlantic Gateway das ações representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, entre outros instrumentos contratuais celebrados, importa destacar o “Acordo Relativo à Estabilidade Económico-Financeira da TAP”, entre a Parpública, a Atlantic Gateway, a TAP SGPS, a TAP S.A. e a Portugália, pelo qual a Atlantic Gateway, como compradora, e a TAP S.A. e a

Portugália, como mutuárias, assumiram determinado tipo de obrigações relativas à dívida financeira e ao serviço da dívida do Grupo TAP.

No âmbito do processo de notificação à Autoridade Nacional da Aviação Civil (“ANAC”) da transação concluída em 12 de novembro de 2015, que conduziu à aquisição, pela Atlantic Gateway, de ações representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, importa destacar que, por deliberação de 19 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração da ANAC impôs um conjunto de medidas cautelares ao Grupo TAP. Este processo junto da ANAC ficou, no entanto, concluído de modo favorável em 23 de dezembro de 2016, tendo nessa data o Conselho de Administração da ANAC deliberado que a TAP S.A. preenchia as condições previstas no artigo 4º do Regulamento (CE) nº 1008/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro de 2008, relativo a regras comuns de exploração dos serviços aéreos na Comunidade.

Adicionalmente, em dezembro de 2015, o Estado Português deu a conhecer à Atlantic Gateway o seu propósito de reconfigurar, por via negocial, os termos e condições da sua participação na TAP SGPS, designadamente através de um aumento da sua participação no capital social da TAP SGPS, tendo a Atlantic Gateway e as suas sócias, a HPGB e a DGN, manifestado disponibilidade para participar no processo negocial proposto pelo Estado Português.

Nesse sentido, em 6 de fevereiro de 2016, o Estado Português e a Atlantic Gateway celebraram um “Memorando de Entendimento”, posteriormente alterado em 26 de abril de 2016, tendo como objeto estabelecer os princípios, regras e condições a que deveria obedecer a reconfiguração da participação do Estado Português, através da Parpública, na TAP SGPS.

Em conformidade com o disposto no Memorando de Entendimento, a Parpública, a HPGB, a DGN e a Atlantic Gateway celebraram um acordo de compra e venda de ações em 19 de maio de 2016, nos termos do qual, desde que verificadas determinadas condições prévias, a Atlantic Gateway se obrigou a vender ações representativas do capital social da TAP SGPS à Parpública, de modo a que a Parpública passe a ser titular de 50% do capital social da TAP SGPS (o “Acordo de Compra e Venda de Ações”). De entre as condições prévias a que ficou sujeita a conclusão deste Acordo, destacamos a conclusão da oferta de venda aos trabalhadores do Grupo TAP de ações representativas de até 5% do capital social da TAP SGPS, as necessárias autorizações de terceiros e a reestruturação financeira do Grupo TAP. Ficou anexa a este Acordo de Compra e Venda de Ações, a minuta do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS a ser celebrado entre a Parpública e a Atlantic Gateway na data da conclusão do Acordo de Compra e Venda de Ações (“Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS”).

A Resolução do Conselho de Ministros nº 30/2016, de 19 de maio, que aprovou as minutas do Acordo de Compra e Venda de Ações e do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS, também determinou, entre outros, (i) a cessação imediata dos efeitos do Acordo de Compromissos Estratégicos celebrado em 24 de junho de 2015, acima referido, na data de produção de efeitos do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS, sendo aquele substituído por este último Acordo, bem como (ii) a caducidade do regime de indisponibilidade previsto no caderno de encargos do Processo de Reprivatização – no que se refere ao número de ações da TAP SGPS e da TAP S.A. que

sejam necessárias para assegurar a maioria dos direitos de voto e o controlo efetivo das referidas sociedades – na data de produção de efeitos da transmissão de ações representativas do capital social da TAP SGPS a favor da Parpública.

Dando cumprimento ao plano de capitalização do Grupo TAP definido no âmbito do Processo de Reprivatização, em 8 de março de 2016, foi deliberado em Assembleia Geral da TAP SGPS, previamente autorizado pela ANAC, a emissão pela TAP SGPS, de um empréstimo obrigacionista, a 10 anos, convertível em até 130.800 ações especiais de conteúdo patrimonial da TAP SGPS no montante de 120 milhões de Euros. A referida emissão é composta por duas séries: a primeira (série A), no valor de 90 milhões de Euros, subscrita pela Azul Linhas Aéreas Brasileiras, S.A. (“Azul S.A.”) em 16 de março de 2016, e a segunda (série B), no valor de 30 milhões de Euros, subscrita pela Parpública em 14 de junho de 2016. A conversão das referidas obrigações em ações da TAP SGPS e a constituição de garantias no âmbito desta emissão ficaram condicionadas a aprovação expressa da ANAC, a qual se materializou em 23 de dezembro de 2016.

Na sequência da referida deliberação do Conselho de Administração da ANAC de 23 de dezembro de 2016, em 12 de janeiro de 2017, a Assembleia Geral da TAP SGPS deliberou, entre outros, reconhecer a produção plena dos efeitos da emissão de obrigações pela TAP SGPS, que foi deliberada pela Assembleia Geral da TAP SGPS em 8 de março de 2016, bem como a produção de efeitos do contrato de prestação de garantias, celebrado no âmbito da referida emissão obrigacionista, entre a TAP SGPS, a TAP S.A., a Megasis – Sociedade de Serviços e Engenharia e Informática, S.A. (entidade que foi incorporada na TAP S.A. no primeiro semestre de 2019), a Azul S.A. e a Bondholders, S.L. De referir que o pacote de garantias acordado, nos termos da documentação da emissão, não foi ainda constituído, tendo sido acordado com os subscritores das obrigações uma extensão do prazo para a constituição dessas mesmas garantias.

No âmbito da privatização da TAP SGPS foi determinada a realização e conclusão de uma oferta pública de venda destinada a trabalhadores do Grupo TAP, consistindo na venda, pela Parpública a trabalhadores da TAP SGPS e de outras sociedades do Grupo TAP, identificados no anexo II da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4-A/2015, de 20 de janeiro, alterada pelo n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42-A/2017, de 23 de março, de ações representativas de até 5% do capital social da TAP SGPS. Esta oferta pública de venda aos trabalhadores foi lançada em 10 de abril de 2017 de acordo com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 42-A/2017, de 23 de março, e na sequência da mesma, os trabalhadores do Grupo TAP adquiriram um total de 75.000 ações representativas de 5% do capital social e dos direitos de voto da TAP SGPS.

Em conformidade com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2017, de 4 de julho, aprovada em 29 de junho de 2017, e com efeitos a contar dessa mesma data, a Parpública e a Atlantic Gateway concluíram no dia 30 de junho de 2017 a transmissão de ações prevista no Acordo de Compra e Venda de Ações, a qual foi notificada à ANAC, nos termos legalmente previstos. Em 20 de setembro de 2018, por deliberação do Conselho de Administração da ANAC, esta Autoridade decidiu que esta operação cumpria os requisitos constantes do Regulamento (CE) n.º 1008/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro de 2008, relativo a regras comuns de exploração dos serviços aéreos na Comunidade.

Ainda em 30 de junho de 2017, também teve lugar uma reunião da Assembleia Geral da TAP SGPS para deliberar, entre outros, sobre a eleição de novos membros do Conselho de Administração da TAP SGPS e sobre a alteração aos estatutos da TAP SGPS, em conformidade com o previsto no Acordo de Compra e Venda de Ações.

Na sequência desta transmissão de ações, o capital social da TAP SGPS passou a ter a seguinte composição:

- A Parpública detém 750.000 ações da categoria B, representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto e 5% dos direitos económicos da TAP SGPS;
- A Atlantic Gateway detém 675.000 ações da categoria A, representativas de 45% do capital social e dos direitos de voto e 90% dos direitos económicos da TAP SGPS; e
- Um determinado número de acionistas detêm, em conjunto, um total de 75.000 ações ordinárias, representativas de 5% do capital social, dos direitos de voto e dos direitos económicos da TAP SGPS.

De acordo com o atual enquadramento societário da TAP SGPS, a TAP SGPS continua a não ser qualificada como uma empresa pública do setor público empresarial do Estado, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações subseqüentes.

Ainda no dia 30 de junho de 2017, foi assinado o “Acordo de Adaptação e Monitorização de Passivo Financeiro Relativo ao Grupo TAP” entre diversas entidades bancárias, a TAP SGPS, a TAP S.A. e a Portugália, como mutuárias e a Parpública e a Atlantic Gateway, como acionistas, tendo o Grupo TAP acordado com as entidades bancárias signatárias a alteração de determinadas condições dos respetivos contratos de financiamento, bem como das disposições relativas à dívida financeira e ao serviço da dívida do Grupo. Este acordo veio substituir o “Acordo Relativo à Estabilidade Económico-Financeira da TAP”, assinado em 12 de novembro de 2015, que foi, por sua vez, expressamente revogado.

Em 28 de dezembro de 2018, a Parpública comunicou, através de carta, à TAP SGPS a sua decisão irrevogável de converter as obrigações convertíveis de que é titular, no montante de 30 milhões de Euros e respetivos juros vencidos até aquela data, em ações especiais de conteúdo patrimonial representativas do capital social da TAP SGPS, na última data permitida para efetuar a referida conversão, conforme definido nos documentos contratuais da emissão obrigacionista, ou em data anterior se tal vier a ser requerido pela Parpública.

No dia 20 de março de 2019 a TAPGER e a TAP S.A. celebraram um contrato de compra e venda da totalidade do capital social da Megasis pelo valor de 1.791 milhares de Euros. No dia 2 de maio de 2019 foi registada a fusão, por incorporação, da Megasis na TAP S.A., tendo os respetivos efeitos contabilísticos e fiscais retroagido a 1 de janeiro de 2019. A demonstração da posição financeira da sociedade incorporada em 1 de janeiro de 2019, detalha-se como segue:

Valores em Euros	Megasis em 01-jan-19
ATIVO	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	1.653.771
Propriedades de investimento	1.205.000
Ativos por impostos diferidos	117.104
	2.975.875
Ativo corrente	
Outras contas a receber	9.929.225
Outros ativos correntes	2.921.306
Caixa e seus equivalentes	33.721
	12.884.252
Total do ativo	15.860.127
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
	1.791.234
Passivo não corrente	
Passivos por impostos diferidos	258.204
Pensões e outros benefícios pós-emprego	460.515
	718.719
Passivo corrente	
Outras contas a pagar	12.015.176
Outros passivos correntes	1.270.981
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	64.017
	13.350.174
Total do passivo	14.068.893
Total do capital próprio e passivo	15.860.127

A responsabilidade da Empresa por danos resultantes da sua atividade de transporte aéreo é limitada aos termos precisos que vigoram para os voos internacionais, ao abrigo das convenções a que o Estado Português está, ou venha a estar, vinculado.

As presentes demonstrações financeiras com finalidade especial ("demonstrações financeiras") do período findo em 30 de junho de 2019, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 20 de setembro de 2019, foram preparadas com o objetivo de apresentação aos diversos *stakeholders*. As demonstrações financeiras estatutárias da Empresa são preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística.

Os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas

Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Empresa.

1 Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

1.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras agora apresentadas reportam-se ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, tendo sido preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (“SIC”), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por “IFRS”.

O Conselho de Administração entende que as presentes demonstrações financeiras e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira intercalar preparada ao abrigo da IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar, pelo que não incluem toda a informação exigida para as demonstrações financeiras anuais pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Empresa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Consequentemente, não são divulgadas parte das notas constantes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, quer por não terem sofrido alteração significativa, quer por não serem materialmente relevantes para a compreensão das presentes demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras intercalares foram preparadas de acordo com os mesmos princípios e políticas contabilísticas, incluindo as políticas de gestão do risco financeiro, adotadas pela Empresa na elaboração das demonstrações financeiras anuais com finalidade especial do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, incluindo, essencialmente, uma explicação dos eventos e alterações relevantes ocorridos durante o presente semestre para a compreensão das variações na posição financeira e desempenho operacional da Empresa desde a última data do relatório anual, exceto relativamente à adoção das novas normas, em particular da IFRS 16 - Locações, conforme referido na Nota 1.2.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, e tomando por base o custo histórico, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivados e propriedades de investimento, que se encontram registados ao justo valor.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as IFRS, o Conselho de Administração recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos com impacto no valor de ativos e passivos e no reconhecimento de rendimentos e gastos de cada período de reporte. Apesar de estas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 1.4.

A TAP S.A., na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as IFRS.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em Euros.

1.2. Novas normas adotadas pela Empresa

As novas normas, interpretações e alterações a normas existentes identificadas abaixo, que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2019, são como segue:

Descrição	Alteração	Data efetiva
1. Novas normas, alterações às normas e interpretações efetivas a 1 de janeiro de 2019		
• IFRS 16 – Locações	Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores	1 de janeiro de 2019
• IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Opções de tratamento contabilístico de ativos financeiros com compensação negativa	1 de janeiro de 2019
• IAS 19 – Benefícios dos empregados	Obriga a usar pressupostos atualizadas para o cálculo das responsabilidades remanescentes, com impacto na demonstração dos resultados, exceto quanto à diminuição de qualquer excesso enquadrado no âmbito do “asset ceiling”	1 de janeiro de 2019
• IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Clarificação quanto aos investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial	1 de janeiro de 2019
• Melhorias às normas 2015 – 2017	Clarificações várias: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11	1 de janeiro de 2019
• IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento de imposto sobre o rendimento	Clarificação relativa à aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento fiscal de uma transação, em sede de imposto sobre o rendimento	1 de janeiro de 2019

Das normas acima mencionadas cumpre destacar a IFRS 16 – Locações, a qual foi adotada pela Empresa na elaboração das suas demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2019, com impactos significativos nas presentes demonstrações financeiras.

A alteração na definição de locação deve-se principalmente ao conceito de controlo. A IFRS 16 determina se um contrato contém uma locação com base na existência do direito concedido ao cliente para controlar a utilização de um ativo identificado por um dado período de tempo, por contrapartida de uma dada retribuição.

Até ao exercício de 2018, as locações de ativos fixos tangíveis eram classificadas como locações financeiras ou locações operacionais. Os pagamentos efetuados no âmbito de locações operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador) foram, até 31 de dezembro de 2018, reconhecidos nos resultados do período. Os ativos de locações financeiras eram contabilizados pelo menor entre o justo valor dos ativos locados e o valor presente dos pagamentos mínimos de locação no início do contrato, enquanto que os passivos de locações financeiras eram registados líquidos de encargos incrementais, enquanto “Passivos remunerados”. Os encargos financeiros incluídos na renda e as depreciações dos ativos locados eram reconhecidos nos resultados, ao longo do período contratual a que respeitavam.

A partir de 1 de janeiro de 2019, as locações, que cumpram os requisitos da IFRS 16, são reconhecidas enquanto ativos sob direito de uso, na rubrica “Ativos fixos tangíveis” (agregados à natureza do ativo objeto de locação), com os correspondentes passivos, apresentados na rubrica “Passivos com obrigações contratuais”, à data na qual o direito ao controlo sobre a utilização do ativo locado é transferido para a Empresa. Cada pagamento de locação é alocado entre o passivo e o gasto financeiro. O gasto financeiro é reconhecido na demonstração dos resultados durante o termo da locação, de modo a que seja reconhecido com base numa taxa de juro constante sobre o saldo remanescente na demonstração da posição financeira, para cada período de relato. Os ativos sob direito de uso são depreciados linearmente ao longo do período da locação.

Os passivos da locação são inicialmente mensurados ao custo amortizado, na moeda contratual (essencialmente USD), incluindo o valor líquido presente dos seguintes pagamentos de locação: i) pagamentos fixos (incluindo pagamentos que em substância são fixos), deduzidos de quaisquer valores recebíveis por incentivos de locação; ii) pagamentos variáveis baseados num índice ou numa taxa; iii) valores expectáveis de serem pagos pelo locatário enquanto garantias de valor residual; iv) o preço de exercício de uma opção de compra caso o locatário esteja razoavelmente certo de exercer tal opção; v) pagamentos de penalizações para rescindir a locação, caso o termo de locação reflita o exercício da opção de terminar; e vi) pagamentos relativos a componentes não locação.

Os pagamentos de locação são descontados usando a taxa de juro implícita na locação. Caso essa taxa não possa ser determinada, a taxa incremental de financiamento da Empresa é utilizada, correspondendo à taxa que a Empresa obteria para pagar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante num ambiente económico com termos e condições comparáveis.

Os passivos da locação são subsequentemente atualizados, sendo aumentados para refletir os juros sobre o passivo de locação (utilizando o método da taxa de juro efetiva), e sendo reduzidos, de modo a refletir os pagamentos efetuados.

A Empresa remensura o passivo da locação (e efetua ajustamentos correspondentes ao ativo sob direito de uso relacionado), sempre que:

- Os pagamentos de locação são alterados devido a alterações num índice, ou taxa, ou uma alteração de pagamentos esperados enquanto valores residuais garantidos, casos em que o passivo de locação é remensurado descontando os pagamentos de locação revistos à taxa incremental de financiamento (a menos que a alteração de pagamentos de locação se deva a alterações numa taxa de juro variável, o que motiva o uso uma taxa incremental de financiamento); e
- O contrato de locação é modificado e a modificação não qualifica como uma locação separada, sendo o passivo da locação remensurado com base nas novas rendas e a taxa incremental de financiamento determinada à data da modificação.

Os ativos sob direito de uso são mensurados ao custo, na moeda funcional da Empresa (Euros), o qual compreende: i) o valor de reconhecimento inicial do passivo da locação; ii) quaisquer pagamentos de locação efetuados à data de início da locação, ou antes desta, deduzidos de quaisquer incentivos de locação recebidos; iii) quaisquer custos diretos iniciais; e iv) custos de obrigações com desmantelamento ou restauração do ativo (*redelivery*).

Os ativos sob direito de uso são subsequentemente mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Sempre que a Empresa incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação (no caso concreto das aeronaves corresponde às condições de *redelivery* das mesmas), é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no ativo sob direito de uso relacionado e depreciados pelo período da locação.

Os custos subsequentes, nomeadamente com manutenção estrutural, são incluídos no direito de uso do ativo locado sempre que é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Empresa e subsequentemente depreciados durante o período de uso respetivo ou até ao termo da locação. Os demais encargos com manutenção corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os incentivos de locação (ex.: períodos de locação sem rendas), se aplicáveis, são reconhecidos como elementos de mensuração de ativos sob direito de uso e passivos da locação, enquanto que ao abrigo da IAS 17 estes incentivos resultaram no reconhecimento de um passivo por incentivo de locação, depreciado em linha reta enquanto redução dos gastos com locações.

As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa não são incluídas na mensuração do passivo da locação, nem do ativo sob direito de uso. Tais pagamentos são reconhecidos enquanto gastos no período no qual o evento ou condição que dá lugar aos pagamentos ocorre.

Nas operações de cedência de posição contratual com subsequente locação de aeronaves, a classificação da locação é determinada na *inception date* (data de assinatura do compromisso da locação), e o reconhecimento ocorre na *commencement date* (data de início efetivo da locação). Os rendimentos obtidos ou custos incorridos no período que decorre entre a *inception date* e a *commencement date* são incluídos no direito de uso e depreciados linearmente pelo contrato de locação.

As locações capitalizadas pela Empresa dividem-se, essencialmente, da seguinte forma:

- Contratos de locação de aeronaves e reatores;
- Contratos de ACMI (*Aircraft, Crew, Maintenance and Insurance*) ou *wet lease*;
- Contratos de locações de imóveis; e
- Outros contratos de locação.

Os pagamentos associados a locações de curto prazo e locações de ativos de valor imaterial são reconhecidos de forma linear, nos resultados do exercício. As locações de curto prazo são locações com um termo de locação de 12 meses ou menos. Os ativos de valor imaterial incluem entre outros equipamento informático e mobiliário de escritório.

Os fluxos de caixa relacionados com locações são apresentados do seguinte modo:

- a) Os pagamentos das componentes de capital dos passivos da locação são classificados como fluxos de caixa de atividades de financiamento;
- b) Os pagamentos das componentes de juros são classificados também como fluxos de caixa de atividades de financiamento; e
- c) Locações de curto prazo, pagamentos de locações de ativos de valor imaterial, e pagamentos variáveis de locação que não estão incluídos na mensuração dos passivos da locação são classificados como fluxos de caixa de atividades operacionais.

Ao abrigo da IFRS 16, os ativos sob direito de uso são testados por imparidade de acordo com a IAS 36 – "Imparidade de ativos". Esta norma substitui o requisito anterior de reconhecimento de provisões para contratos onerosos de locação.

Sale & Leaseback

Quando a Empresa transfere um ativo para uma entidade terceira, e simultaneamente entra num contrato de locação do mesmo ativo com essa entidade terceira, a Empresa aplica os requisitos da IFRS 15 para determinar se tal transferência é contabilizada como venda do ativo.

Caso a transferência qualifique como uma transação de venda, a Empresa irá mensurar o ativo sob direito de uso do *leaseback* como uma proporção do anterior valor líquido contabilístico que se relaciona com o direito de uso retido pela Empresa. Consequentemente, a Empresa irá apenas reconhecer o valor de qualquer ganho ou perda que se relaciona com os direitos transferidos para a entidade terceira.

Caso o justo valor da retribuição pela venda do ativo não for equivalente ao justo valor do ativo, ou caso os pagamentos da locação não correspondam a valores de mercado, a Empresa irá efetuar os seguintes ajustamentos para mensurar os resultados da venda a justo valor: i) quaisquer termos abaixo de mercado serão contabilizados como pré-pagamentos de pagamentos de locação; e ii) quaisquer termos acima de mercado serão contabilizados como financiamento adicional prestado pelo terceiro à entidade.

1.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

A Empresa adotou a IFRS 16 na data efetiva de aplicação obrigatória para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019 através do modelo retrospectivo modificado, sem reexpressão da informação comparativa, tendo sido utilizadas as seguintes isenções:

- Definição de locação – aplicação da IFRS 16 apenas aos contratos anteriormente classificados como locação; e
- Mensuração dos ativos sob direito de uso – pelo mesmo valor apurado para o passivo da locação em 1 de janeiro de 2019, utilizando a taxa de juro implícita, sempre que disponível, ou a taxa de juro incremental.

Deste modo, os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2019 não são comparáveis, com os valores em 31 de dezembro de 2018 ou do período findo em 30 de junho de 2018.

As principais alterações decorrentes da adoção da IFRS 16 apresentam-se de seguida:

- Capitalização de contratos de locação de aeronaves, reatores e ACMI's que cumprem os critérios de reconhecimento definidos na IFRS 16

O prazo da locação corresponde ao período não cancelável de cada contrato, exceto nos casos em que a Empresa tenha razoável certeza de exercer as opções de renovação previstas contratualmente. A taxa de desconto utilizada para avaliar o passivo da locação corresponde, para cada aeronave, à taxa implícita apurada através dos vários elementos contratuais, se disponível, ou pela taxa de juro incremental nas restantes circunstâncias.

- Contabilização dos contratos de locação dos restantes ativos

Com base na análise realizada, os principais contratos de locação identificados correspondem a viaturas e alguns imóveis arrendados. O prazo da locação corresponde ao período não cancelável do contrato. A taxa de desconto utilizada para calcular o ativo do direito de uso e o passivo da locação é determinada, para cada ativo, de acordo com a taxa de juro incremental.

- Contabilização da manutenção de aeronaves em regime de locação operacional

No âmbito da adoção da IFRS 16 e considerando o reconhecimento do direito de uso dos ativos abrangidos por contratos de locação, a Empresa ajustou a contabilização dos custos de manutenção

estruturais e das obrigações contratuais de manutenção na devolução (*redelivery*), a qual passou a ser contabilizada da seguinte forma:

- Trabalhos de *redelivery* e restauração

Os custos resultantes dos trabalhos de manutenção que serão realizados imediatamente antes da devolução da aeronave aos locadores (definidos como trabalhos de *redelivery* para efeitos da IFRS 16), são reconhecidos como provisões a partir do início do contrato, desde que possam ser estimados com fiabilidade, por contrapartida do direito de uso das aeronaves, o qual é depreciado linearmente ao longo do contrato de locação. Anteriormente as estimativas com despesas de *redelivery* eram registadas em custos ao longo do contrato de locação por contrapartida de um passivo com manutenção futura.

O cálculo das provisões para *redelivery* incluem estimativas significativas, nomeadamente no que concerne à utilização prevista da aeronave ao longo do contrato de locação (horas de voo, ciclos, etc.) e custos estimados das intervenções estruturais na data de *redelivery*.

- Manutenção estrutural de *airframe* e motores

As intervenções de manutenção estruturais, que incrementam a vida útil dos ativos subjacentes, são capitalizados e reconhecidas como um complemento ao direito de uso dos ativos. Subsequentemente são depreciados durante o período de uso respetivo ou até ao termo da locação. Anteriormente a estimativa de despesas com manutenções estruturais era registada em custos durante o contrato de locação por contrapartida de um passivo com manutenção futura.

Na data de adoção da IFRS 16, foram reconhecidos direitos de uso de ativos e passivos com obrigações contratuais no montante de 1.166 milhões de Euros. A reconciliação dos compromissos com locações operacionais divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e da rubrica "Passivos com obrigações contratuais" em 1 de janeiro de 2019, detalha-se como se segue:

Valores em milhares de Euros	
Pagamentos mínimos dos contratos de locação operacional divulgados em 31 de dezembro de 2018	1.182.364
Pagamentos mínimos dos contratos de ACMI, incluindo componentes de "não locação"	289.374
Efeito do desconto financeiro das rendas	(305.003)
Passivos com obrigações contratuais a 1 de janeiro de 2019	1.166.735

A taxa de desconto média utilizada para descontar as rendas futuras em 1 de janeiro de 2019 é de 6,5%.

A adoção da IFRS 16 em 1 de janeiro de 2019 teve os seguintes impactos nas principais rubricas da demonstração da posição financeira:

Valores em Euros	31-dez-18	Impacto da adoção da IFRS 16	1-jan-19
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	521.036.349	1.178.987.847	1.700.024.196
Propriedades de investimento	1.925.764	-	1.925.764
Ativos intangíveis	11.245.385	-	11.245.385
Participações financeiras	172.310	-	172.310
Outros ativos financeiros	481.040	-	481.040
Ativos por impostos diferidos	91.040.705	-	91.040.705
Outras contas a receber	61.136.878	43.248.286	104.385.164
	687.038.431	1.222.236.133	1.909.274.564
Ativo corrente			
Inventários	63.944.563	-	63.944.563
Outras contas a receber	1.154.621.266	-	1.154.621.266
Imposto sobre o rendimento a receber	8.329.644	-	8.329.644
Outros ativos financeiros	13.224.721	-	13.224.721
Outros ativos correntes	52.102.695	-	52.102.695
Caixa e seus equivalentes	223.714.593	-	223.714.593
	1.515.937.482	-	1.515.937.482
Total do ativo	2.202.975.913	1.222.236.133	3.425.212.046
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e reservas			
Capital	41.500.000	-	41.500.000
Prestações suplementares	154.353.400	-	154.353.400
Reserva legal	8.300.000	-	8.300.000
Reservas de justo valor	(29.132.283)	-	(29.132.283)
Outras reservas	(200.588)	-	(200.588)
Resultados transitados	(11.956.732)	90.943.051	78.986.319
Resultado líquido do exercício	(58.065.358)	-	(58.065.358)
Total do capital próprio	104.798.439	90.943.051	195.741.490
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos (Nota 6)	18.760.179	38.054.184	56.814.363
Pensões e outros benefícios pós-emprego	86.212.751	-	86.212.751
Provisões (Nota 15)	12.214.655	26.082.076	38.296.731
Passivos remunerados	595.293.034	-	595.293.034
Passivos com obrigações contratuais	-	863.122.497	863.122.497
Outras contas a pagar	49.741.211	(49.741.211)	-
	762.221.830	877.517.547	1.639.739.377
Passivo corrente			
Passivos remunerados	180.646.796	-	180.646.796
Passivos com obrigações contratuais	-	303.612.692	303.612.692
Outras contas a pagar	667.492.728	(49.837.157)	617.655.571
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	19.326	-	19.326
Outros passivos correntes	94.331.082	-	94.331.082
Documentos pendentes de voo	393.465.712	-	393.465.712
	1.335.955.644	253.775.535	1.589.731.179
Total do passivo	2.098.177.474	1.131.293.082	3.229.470.556
Total do capital próprio e passivo	2.202.975.913	1.222.236.133	3.425.212.046

O reconhecimento do direito de uso dos ativos em regime de locação operacional e reconhecimento do passivo correspondente, originou um incremento no semestre dos custos com depreciação no montante de 177 milhões de Euros e das despesas com juros no valor de 49 milhões de Euros. As diferenças de câmbio reconhecidas na demonstração dos resultados, relacionadas com os passivos com obrigações contratuais, ascenderam a 0,4 milhões de Euros. Por outro lado, os custos com rendas e outras obrigações contratuais (reconhecidos até 31 de dezembro de 2018 nas rubricas de “Rendas de aeronaves”, “Custos operacionais de tráfego” e “Outros gastos”) reduziram no montante de 183 milhões de Euros. No primeiro semestre de 2019, foram reconhecidos 39 milhões de Euros na rubrica de ativos fixos tangíveis referentes a manutenções estruturais em aeronaves e motores.

Adicionalmente, a apresentação dos pagamentos das despesas relacionadas com contratos de locação operacional resultou numa reclassificação de 185 milhões de Euros de fluxos de caixa das atividades operacionais para fluxos de caixa das atividades de financiamento.

Sazonalidade

As atividades da Empresa apresentam uma elevada sazonalidade inerente ao negócio do transporte aéreo. Consequentemente a atividade nos meses de junho a setembro é significativamente superior à atividade média dos restantes meses do ano.

1.4. Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a gestão da Empresa efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data de relato.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da TAP S.A., baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas ações que a Empresa considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no período seguinte, são apresentadas abaixo:

→ Impostos diferidos (Nota 6)

A Empresa reconhece e liquida o imposto sobre o rendimento com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária local, considerando os preceitos da legislação fiscal, os quais são diferentes dos valores calculados de acordo com as IFRS. De acordo com a IAS 12, a Empresa reconhece os ativos e passivos por impostos diferidos com base na diferença existente entre o valor contabilístico e as bases fiscais dos ativos e passivos. A Empresa analisa periodicamente a

recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos com base em informação histórica sobre o lucro tributável, na projeção do lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporais.

→ **Benefícios pós-emprego (Nota 14)**

O valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma é calculado com base em metodologias atuariais, as quais utilizam determinados pressupostos. Quaisquer alterações desses pressupostos terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades. Os principais pressupostos demográficos e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma estão descritos na Nota 14. A Empresa tem como política rever periodicamente os principais pressupostos demográficos e financeiros, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras.

→ **Reconhecimento de provisões e imparidades (Notas 7, 8 e 15)**

A Empresa tem diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus consultores legais, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

As imparidades de contas a receber são calculadas, com base no risco de crédito estimado para cada perfil de cliente e na situação financeira dos mesmos.

As imparidades de inventários são calculadas com base em critérios que atendem à natureza, finalidade de utilização, antiguidade e rotação de materiais.

→ **Programa de fidelização de clientes (Nota 19)**

A Empresa reconhece uma obrigação contratual, no âmbito do programa de fidelização de clientes "TAP Miles&Go", com base no valor unitário da milha, atendendo ao "stand-alone price". Alterações nos pressupostos utilizados pela Empresa, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

→ **Documentos pendentes de voo (Nota 20)**

A Empresa procede a uma análise periódica do saldo da rubrica "Documentos pendentes de voo" por forma a corrigir os valores de bilhetes vendidos cujos cupões já não são válidos. A estimativa do montante desses cupões, que não poderão ser trocados ou reembolsados, requer julgamento por parte do Conselho de Administração, pelo que alterações nos pressupostos utilizados pela Empresa, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

→ **Vida útil e valor residual dos ativos fixos tangíveis (Nota 2)**

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como a determinação do valor residual e o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

→ **Locações (Notas 2 e 17)**

Com a adoção da IFRS 16, a Empresa reconhece ativos sob direito de uso e passivos com rendas vincendas de contratos de locação sempre que o contrato preveja o direito de controlar a utilização de um ativo identificável durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição. Para aferir quanto à existência de controlo sobre a utilização de um ativo identificável, a Empresa avalia se: i) o contrato envolve o uso de um ativo identificável; ii) tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de locação; e iii) tem o direito de controlar o uso do ativo. A Empresa utiliza estimativas e aplica o seu julgamento na análise dos contratos de locação, nomeadamente no que respeita às opções de cancelamento e renovação previstas nos contratos e na determinação da taxa implícita ou incremental de financiamento a aplicar.

→ **Provisão de *redelivery* de aeronaves em regime locação operacional (Notas 2 e 17)**

A Empresa incorre em responsabilidades por custos de manutenção em relação a aeronaves operadas em regime de locação operacional. Estas derivam de obrigações contratuais legais e construtivas relativas à condição da aeronave quando esta é devolvida ao locador. Para cumprir estas obrigações, a Empresa terá normalmente de realizar intervenções de manutenção estruturais por forma a devolver a aeronave ao locador de acordo com as condições contratualmente definidas. Na mensuração desta responsabilidade são considerados vários pressupostos, sendo os mais relevantes: i) a utilização e condição da aeronave, ii) os custos esperados das intervenções estruturais de manutenção no momento em que se espera que ocorram e iii) a taxa de desconto utilizada.

Os principais pressupostos são revistos periodicamente, tendo em consideração a informação disponível, podendo existir circunstâncias que alterem de forma significativa a referida estimativa, como por exemplo a renegociação das condições de *redelivery* da aeronave, alteração significativa da utilização da aeronave e suas condições de navegabilidade, renegociação de contratos de locação, assim como alterações no custo das referidas manutenções estruturais. A estimativa do custo futuro da manutenção estrutural das aeronaves requer julgamento por parte do Conselho de Administração, pelo que alterações nos pressupostos utilizados pela Empresa, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

2 Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o movimento ocorrido nas rubricas do ativo fixo tangível, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade, foi como segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	Direito de uso de ativos (Nota 1.2.)	Total
Custo de aquisição											
Saldo em 1 de janeiro de 2018	41.168.153	156.172.681	1.288.811.771	2.405.474	23.824.794	56.220.858	12.143.578	46.991.329	180.849.770	-	1.808.588.408
Aquisições	-	293.361	86.484.187	12.457	1.624.264	999.719	417.598	37.011.066	42.366.558	-	169.209.210
Alienações	(25.346)	(127.557)	(821.449)	(154.465)	-	(429.269)	-	(27.237.795)	-	-	(28.795.881)
Regularizações, transferências e abates	(17.210)	(1.013.611)	6.411.642	(86.542)	(12.490)	(434.939)	(140.111)	(17.719.460)	(126.301.735)	-	(139.314.456)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	41.125.597	155.324.874	1.380.886.151	2.176.924	25.436.568	56.356.369	12.421.065	39.045.140	96.914.593	-	1.809.687.281
Adoção IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.178.987.847	1.178.987.847
Aquisições	-	13.168	31.588.623	14.153	759.437	772.356	107.424	66.471.400	19.728.114	875.231.904	994.686.579
Fusão Megasis	-	-	7.650.870	-	-	9.341.947	21.102	6.510	-	-	17.020.429
Alienações	-	-	(50.410.106)	-	-	(5.033)	-	(6.347.846)	-	-	(56.762.985)
Regularizações, transferências e abates	-	-	(11.536.895)	69.824	(5.646)	(1.249.710)	(15.829)	3.078.026	-	-	(9.660.230)
Saldo em 30 de Junho 2019	41.125.597	155.338.042	1.358.178.643	2.260.901	26.190.359	65.215.929	12.533.762	102.253.230	116.642.707	2.054.219.751	3.933.958.921
Deprec. acumuladas e perdas por imparidade											
Saldo em 1 de janeiro de 2018	-	74.329.200	1.072.404.941	2.189.827	16.134.913	54.422.514	10.688.436	-	-	-	1.230.169.831
Depreciações	-	5.409.679	56.639.172	91.089	674.540	880.014	332.964	-	-	-	64.027.458
Perdas por imparidade	-	-	4.186.407	-	-	-	-	-	-	-	4.186.407
Alienações	-	(51.792)	(778.643)	(104.693)	-	(428.602)	-	-	-	-	(1.363.730)
Regularizações, transferências e abates	-	(920.709)	(6.790.784)	(86.542)	(11.488)	(419.400)	(140.111)	-	-	-	(8.369.034)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	78.766.378	1.125.661.093	2.089.681	16.797.965	54.454.526	10.881.289	-	-	-	1.288.650.932
Depreciações (Nota 30)	-	2.707.912	27.669.475	28.429	315.873	516.911	139.501	-	-	177.491.139	208.869.240
Fusão Megasis	-	-	6.501.452	-	-	8.846.575	18.631	-	-	-	15.366.658
Perdas por imparidade (Nota 30)	-	-	1.408.626	-	-	-	-	-	-	-	1.408.626
Alienações	-	-	(46.376.777)	-	-	(4.652)	-	-	-	-	(46.381.429)
Regularizações, transferências e abates	-	-	(9.163.863)	2.291	(5.302)	(1.249.676)	(15.829)	-	-	-	(10.432.379)
Saldo em 30 de Junho 2019	-	81.474.290	1.105.700.006	2.120.401	17.108.536	62.563.684	11.023.592	-	-	177.491.139	1.457.481.648
Valor líquido a 31 de dezembro de 2018	41.125.597	76.558.496	255.225.058	87.243	8.638.603	1.901.843	1.539.776	39.045.140	96.914.593	-	521.036.349
Valor líquido a 30 de junho de 2019	41.125.597	73.863.752	252.478.637	140.500	9.081.823	2.652.245	1.510.170	102.253.230	116.642.707	1.876.728.612	2.476.477.273

Em 30 de junho de 2019, a rubrica “Direito de uso de ativos” apresenta o seguinte detalhe:

	30-jun-19			
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Total
Ativo Bruto				
Saldo inicial	-	-	-	-
Adoção IFRS 16	1.832.381	1.176.363.069	792.397	1.178.987.847
Adições	-	875.132.012	99.892	875.231.904
Saldo final	1.832.381	2.051.495.081	892.289	2.054.219.751
Depreciações Acumuladas				
Saldo inicial	-	-	-	-
Depreciações (Nota 30)	357.142	176.990.317	143.680	177.491.139
Saldo final	357.142	176.990.317	143.680	177.491.139
Valor líquido	1.475.239	1.874.504.764	748.609	1.876.728.612

Os terrenos e os edifícios e outras construções, da sede, foram transferidos para a propriedade da Empresa ao abrigo do Decreto-Lei nº 351/89 de 13 de outubro.

Para garantia do pagamento dos montantes devidos ao abrigo de um contrato de mútuo, com instituição nacional, no montante de 75 milhões de Euros, foi constituída uma hipoteca sobre um prédio urbano da Empresa, composto por vinte e nove edifícios para escritório, oficinas de material de construção e outros, sito no Aeroporto de Lisboa (Nota 16). Em 30 de junho de 2019, o valor em dívida ascende a 71 milhões de Euros.

As principais incidências ocorridas durante o primeiro semestre de 2019 são conforme segue:

- As adições de equipamento básico no montante de 31.588.623 Euros respeitam, maioritariamente, a:
 - (i) gastos com manutenções estruturais das aeronaves próprias ou em regime de locação financeira no montante de cerca de 18.506.276 Euros e (ii) aquisição de sobressalentes no montante de 8.714.794 Euros.
- As alienações de equipamento básico no montante líquido de 4.033.329 Euros respeitam, essencialmente, à venda de uma aeronave (A330), tendo gerado uma mais-valia no montante de 1.698.236 Euros (Nota 23).
- As transferências e abates de equipamento básico, no montante líquido de 2.373.032 Euros, respeitam essencialmente, a abates de sobressalentes por sucata e outros equipamentos diversos de manutenção.
- As adições de outros ativos em curso no montante de 66.471.400 Euros respeitam, essencialmente a:
 - (i) equipamento para a futura frota NEO, no montante de 32.147.049 Euros, (ii) dois motores no montante de 19.641.236 Euros e (iii) grandes manutenções em curso, no montante de 13.696.716 Euros.

- As alienações de outros ativos em curso no montante de 6.347.846 Euros respeitam, essencialmente, a equipamentos adquiridos inicialmente pela Empresa para efeitos de incorporação nas novas aeronaves incluídas no *Purchase Agreement* com a Airbus, os quais foram alienados ao fabricante pelo custo de aquisição.
- O aumento verificado na rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis” no montante de 19.728.114 Euros refere-se essencialmente a: (i) adiantamentos efetuados por conta de projetos de investimento em equipamento de frota de médio e longo curso, em cerca de 10.000.000 Euros, (ii) a adiantamentos efetuados para a aquisição de um novo reator Trent, no montante de 3.782.680 Euros e (iii) adiantamentos relativos ao “Total Care” da Rolls Royce, no montante de 5.826.046 Euros.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Depreciações, amortizações e perdas por imparidade” da demonstração dos resultados pela sua totalidade (Nota 30).

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica “Equipamento básico” tinha a seguinte composição:

	30-jun-19			31-dez-18		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento de voo						
Frota aérea	563.079.742	(491.088.847)	71.990.895	605.358.303	(526.441.146)	78.917.157
Reatores de reserva	4.616.890	(3.529.759)	1.087.131	11.483.714	(7.811.898)	3.671.816
Sobressalentes	114.825.261	(76.311.547)	38.513.714	109.178.704	(76.666.174)	32.512.530
	682.521.893	(570.930.153)	111.591.740	726.020.721	(610.919.218)	115.101.503
Equipamento de voo - em regime de locação financeira						
Frota aérea	549.790.462	(459.609.097)	90.181.365	538.555.849	(446.427.835)	92.128.014
Reatores de reserva	40.774.455	(5.822.209)	34.952.246	33.907.632	(524.284)	33.383.348
	590.564.917	(465.431.306)	125.133.611	572.463.481	(446.952.119)	125.511.362
Máquinas e aparelhagem diversa	85.091.833	(69.338.547)	15.753.286	82.401.949	(67.789.756)	14.612.193
	1.358.178.643	(1.105.700.006)	252.478.637	1.380.886.151	(1.125.661.093)	255.225.058

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a frota aérea, operada pela Empresa, decompõe-se da seguinte forma:

	30-jun-19					31-dez-18				
	Propriedade TAP	Locação financeira	Locação operacional	ACMI	Total	Propriedade TAP	Locação financeira	Locação operacional	ACMI	Total
Airbus A340	4	-	-	-	4	4	-	-	-	4
Airbus A330	2	-	11	-	13	3	-	14	-	17
Airbus A330 NEO	-	-	10	-	10	-	-	3	-	3
Airbus A319	-	9	12	-	21	-	9	12	-	21
Airbus A320	-	5	15	-	20	-	5	16	-	21
Airbus A320 NEO	-	-	5	-	5	-	-	1	-	1
Airbus A321	-	2	2	-	4	-	2	2	-	4
Airbus A321 NEO	-	-	6	-	6	-	-	4	-	4
Airbus A321 NEO LR	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-
Embraer 190	-	-	-	9	9	-	-	-	9	9
Embraer 195	-	-	-	4	4	-	-	-	4	4
ATR 72	-	-	-	8	8	-	-	-	8	8
	6	16	63	21	106	7	16	52	21	96

No decorrer do primeiro semestre de 2019 ocorreram as seguintes alterações na frota aérea:

- entrada em operação/*phase in* de cinco aeronaves da frota NEO contratadas previamente com a Airbus, dois A321 NEO LR e três A330 NEO;
- entrada em operação/*phase in* de dez aeronaves *placement* (quatro A320 NEO, dois A321 NEO e quatro A330 NEO);
- *phase-out* de três aeronaves A330 em abril e maio de 2019, e uma aeronave A320;
- alienação de uma aeronave A330 em maio de 2019.

3 Propriedades de investimento

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados nas propriedades de investimento foram como segue:

	30-jun-19	31-dez-18
Saldo inicial	1.925.764	883.849
Transferências	-	110.111
Fusão Megasis	1.205.000	-
Alienações	-	(361.000)
Variação de justo valor	-	1.292.804
Saldo final	3.130.764	1.925.764

O impacto decorrente da fusão da Megasis, no montante de 1.205.000 Euros, refere-se a imóveis detidos pela Megasis (Nota Introdutória).

4 Ativos intangíveis

No decurso do primeiro semestre de 2019 e no exercício de 2018, os movimentos ocorridos na rubrica “Ativos intangíveis” foi conforme segue:

	Propriedade industrial e outros direitos	Programas de computador	Ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 1 de janeiro de 2018	11.951.704	1.881.434	1.484.968	-	15.318.106
Aquisições	-	6.085.323	3.555.255	1.215.922	10.856.500
Regularizações, transferências e abates	-	380.060	(380.060)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.951.704	8.346.817	4.660.163	1.215.922	26.174.606
Aquisições	-	5.670.279	2.013.072	526.915	8.210.266
Regularizações, transferências e abates	-	8.592.688	(1.228.195)	-	7.364.493
Saldo em 30 de junho 2019	11.951.704	22.609.784	5.445.040	1.742.837	41.749.365
Amort. acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo em 1 de janeiro de 2018	(11.951.704)	(485.270)	-	-	(12.436.974)
Amortizações e perdas por imparidade	-	(2.492.247)	-	-	(2.492.247)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(11.951.704)	(2.977.517)	-	-	(14.929.221)
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 30)	-	(2.305.102)	-	-	(2.305.102)
Regularizações, transferências e abates	-	(6.048.071)	-	-	(6.048.071)
Saldo em 30 de junho 2019	(11.951.704)	(5.282.619)	-	-	(23.282.394)
Valor líquido a 31 de dezembro de 2018	-	5.369.300	4.660.163	1.215.922	11.245.385
Valor líquido a 30 de junho de 2019	-	17.327.165	5.445.040	1.742.837	18.466.971

→ As adições ocorridas no primeiro semestre de 2019 nas rubricas de programas de computador e ativos em curso respeitam, essencialmente, à aquisição e a custos de desenvolvimento de *software* afeto à atividade operacional da Empresa.

5 Outros ativos financeiros

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de outros ativos financeiros tinham a seguinte composição:

	30-jun-19		31-dez-18	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Obrigações do Tesouro de Angola	13.306.068	4.817.733	13.224.721	-
Depósitos bancários na Guiné Bissau	-	1.733.733	-	1.727.665
SITA Group Foundation	-	455.915	-	455.915
Outros	-	39.684	-	39.684
	13.306.068	7.047.065	13.224.721	2.223.264
Imparidades de outros ativos financeiros	-	(1.748.291)	-	(1.742.224)
	13.306.068	5.298.774	13.224.721	481.040

O movimento ocorrido nesta rubrica, durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, foi como segue:

	30-jun-19		31-dez-18	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Saldo inicial	13.224.721	481.040	34.852.859	46.440.556
Aumentos	-	4.830.936	7.497.818	-
Diminuições	-	-	(66.543.254)	-
Transferências	-	-	47.272.685	(47.272.685)
Varição cambial	81.347	(13.202)	480.690	1.313.169
Outros movimentos	-	-	(10.336.077)	-
Saldo final	13.306.068	5.298.774	13.224.721	481.040

O aumento ocorrido no primeiro semestre de 2019 no montante de 4.830.936 Euros refere-se à subscrição de “Obrigações do tesouro de Angola” no montante total de 1.737.479 milhares de kwanzas, correspondentes à taxa de câmbio original de 316,909 kwanzas por dólares, com data de maturidade de 18 de dezembro de 2020, e indexadas ao valor do dólar.

6 Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a taxa de imposto utilizada em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais reportáveis, foi de 21%. No caso das diferenças temporárias, a taxa utilizada foi de 29,5%.

Os benefícios fiscais, por se tratar de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se, ainda, dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Os impostos diferidos decorrentes de benefícios fiscais são registados quando se encontram aprovados pelas autoridades concedentes de tais benefícios.

As principais diferenças temporárias entre os valores contabilísticos e tributáveis, em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, os correspondentes ativos e passivos por impostos diferidos e o respetivo efeito nos resultados dos períodos findos em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, são como segue:

	30-jun-19				Saldo final
	Saldo inicial	Fusão Megasis	Variações com efeitos em resultados (Nota 32)	Variações com efeitos no rendimento integral	
Ativos por impostos diferidos					
Prejuízos fiscais reportáveis	37.163.328	-	(186.000)	-	36.977.328
Responsabilidades com benefícios pós-emprego	25.432.762	103.615	(551.061)	5.258.349	30.243.665
Perdas de imparidade em inventários	6.831.884	-	(235.010)	-	6.596.874
Perdas de imparidade em contas a receber	7.020.375	13.488	(229.814)	-	6.804.049
SIFIDE,CFEI e dupla tributação internacional	442.275	-	(442.275)	-	-
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	122.949	-	(1.844)	-	121.105
Perdas de imparidade em ativos fixos	1.837.028	-	846.327	-	2.683.355
Instrumentos financeiros derivados (Nota 21)	12.190.104	-	-	(12.190.104)	-
	91.040.705	117.103	(799.677)	(6.931.755)	83.426.376
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliações efetuadas	18.760.179	258.203	(465.767)	-	18.552.615
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	2.892.426	2.892.426
Ajustamento decorrentes da adoção da IFRS 16 (Nota 1.3.)	-	-	(768.931)	38.054.184	37.285.253
	18.760.179	258.203	(1.234.698)	40.946.610	58.730.294
			435.021	(47.878.365)	

	31-dez-18			
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados	Variações com efeitos no rendimento integral	Saldo final
Ativos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis	20.750.265	16.413.063	-	37.163.328
Responsabilidades com benefícios pós-emprego	16.323.829	4.097.132	5.011.801	25.432.762
Perdas de imparidade em inventários	8.318.398	(1.486.514)	-	6.831.884
Perdas de imparidade em contas a receber	6.872.114	148.261	-	7.020.375
SIFIDE,CFEI e dupla tributação internacional	-	442.275	-	442.275
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	133.103	(10.154)	-	122.949
Perdas de imparidade em ativos fixos	471.288	1.365.740	-	1.837.028
Instrumentos financeiros derivados (Nota 21)	-	-	12.190.104	12.190.104
	52.868.997	20.969.803	17.201.905	91.040.705
Passivos por impostos diferidos				
Reavaliações efetuadas	19.691.715	(931.536)	-	18.760.179
	19.691.715	(931.536)	-	18.760.179
		21.901.339	17.201.905	

→ Prejuízos fiscais reportáveis

Nos termos da legislação, em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais gerados em 2014 e 2015 são reportáveis durante um período de doze anos, e os prejuízos fiscais gerados após 2017 são reportáveis durante um período de cinco anos, após a sua ocorrência, e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, até ao limite de 70% do lucro tributável.

A Empresa considera que são recuperáveis parte dos prejuízos fiscais reportáveis, através da sua utilização na redução do resultado tributável futuro, e como tal, registou o imposto diferido ativo correspondente. De referir que, apesar da Empresa ter vindo a proceder ao exercício do seu legítimo direito de contestação, não foram registados impostos diferidos ativos relacionados com os prejuízos fiscais

reportáveis que resultaram da operação de securitização nos anos de 2014 e 2015, no montante de 99 milhões de Euros, atualmente em discussão em tribunal tributário.

A partir de 2017, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"), sendo o resultado fiscal apurado na TAP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o seu rendimento é registada com base nos seus resultados fiscais.

Para informações adicionais sobre os prejuízos fiscais, consultar as demonstrações financeiras com finalidade especial da TAP S.A. com referência a 31 de dezembro de 2018.

7 Outras contas a receber

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a decomposição da rubrica de outras contas a receber é como segue:

	30-jun-19		31-dez-18	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes	387.893.432	-	230.470.984	-
Reservas de manutenção recuperáveis	12.202.988	46.142.849	-	-
Depósitos de garantia de contratos de locação (Nota 17)	6.569.505	43.024.121	6.030.928	53.749.191
Acréscimos de ganhos	33.068.290	-	24.861.437	-
Adiantamentos a fornecedores	21.589.034	-	35.761.944	-
Outros devedores	935.491.318	9.354.521	922.878.956	9.309.075
	1.396.814.567	98.521.491	1.220.004.249	63.058.266
Perdas por imparidade de contas a receber	(65.261.645)	(1.921.388)	(65.382.983)	(1.921.388)
	1.331.552.922	96.600.103	1.154.621.266	61.136.878

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

→ Clientes

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de clientes detalha-se como segue:

	30-jun-19	31-dez-18
Entidades privadas	180.406.808	77.527.813
Agências de viagem	94.529.165	49.498.969
Companhias de aviação	34.944.286	22.904.051
Partes relacionadas (Nota 36)	18.664.910	19.922.448
Outros	5.722.563	7.644.151
Clientes de cobrança duvidosa	53.625.700	52.973.552
	387.893.432	230.470.984
Imparidades	(61.038.932)	(61.191.973)
	326.854.500	169.279.011

O aumento ocorrido no saldo de clientes no primeiro semestre de 2019 decorre, essencialmente, da sazonalidade do negócio do transporte aéreo e da diminuição, efetuada em dezembro de 2018, pelo efeito

da operação de venda sem recurso de recebíveis de vendas parceladas de cartões de crédito, no montante de 66.381 milhares de Euros.

Os saldos a receber de agências de viagens e de companhias de aviação são regularizados, essencialmente, através dos sistemas *IATA Billing and Settlement Plan* (“BSP”) e *IATA Clearing House*.

→ **Reservas de manutenção recuperáveis**

A variação verificada na rubrica “Reservas de manutenção recuperáveis” decorre da adoção da IFRS 16, uma vez que até 31 de dezembro de 2018 as referidas reservas se encontravam apresentadas na rubrica Outras contas a pagar, a deduzir às responsabilidades estimadas com manutenção estrutural de aeronaves em regime de locação operacional.

→ **Depósitos de garantia de contratos de locação**

Os depósitos de garantia são constituídos no âmbito dos contratos de locação operacional para aviões e reatores que serão devolvidos, sem juros, à medida que esses aviões e reatores forem sendo restituídos aos locadores. O aumento verificado nesta rubrica está relacionado com os depósitos de garantia associados a novos contratos de locação operacional de aeronaves e reatores realizados durante o primeiro semestre de 2019. Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o montante de 375.220 Euros e 372.926 Euros, respetivamente, refere-se a depósitos de garantia prestados a entidades relacionadas, nomeadamente à Aigle Azur (Nota 36).

→ **Acréscimos de ganhos**

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de acréscimos de ganhos detalha-se como segue:

	30-jun-19	31-dez-18
Partes relacionadas (Nota 36)	10.469.426	8.542.029
Swaps Jet Fuel (Notas 13 e 21)	9.804.834	-
Facilidades de aeroporto - Incentivos	1.642.441	3.796.633
Combustíveis	318.718	-
Outros	10.832.871	12.522.775
	33.068.290	24.861.437

→ **Outros devedores corrente**

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de outros devedores detalha-se como segue:

	30-jun-19	31-dez-18
Partes relacionadas (Nota 36)	824.219.319	819.729.783
Adiantamentos relacionados com contratos de locação	34.127.978	45.366.677
Créditos a receber de fornecedores	29.436.974	16.357.029
Pessoal	13.509.810	12.674.574
Faturação interline e outras entidades	9.970.084	8.828.410
Devedores de cobrança duvidosa	4.222.713	4.191.009
Cauções e garantias	2.366.921	2.126.622
IVA a receber das Representações	2.242.883	2.285.775
Outros	15.394.636	11.319.077
	935.491.318	922.878.956
Imparidades	(4.222.713)	(4.191.010)
	931.268.605	918.687.946

A rubrica de adiantamentos relacionados com contratos de locação corresponde a montantes antecipados ao *lessor*, recuperáveis na data de entrega da aeronave.

→ **Perdas por imparidade de contas a receber**

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade de contas a receber, em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

	30-jun-19	31-dez-18
A 1 de janeiro	67.304.371	66.235.623
Aumentos (Nota 26)	2.678.672	2.422.962
Reduções (Nota 26)	(1.062.633)	(1.350.689)
Utilizações	(1.737.377)	(3.525)
A 31 de dezembro	67.183.033	67.304.371

8 Inventários

O detalhe dos inventários em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	30-jun-19	31-dez-18
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	107.769.031	87.103.493
Perdas por imparidade de inventários	(22.362.283)	(23.158.930)
	85.406.748	63.944.563

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo referem-se a material técnico para utilização na manutenção e reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação.

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade de inventários, nos períodos findos em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

	30-jun-19	31-dez-18
A 1 de janeiro	23.158.930	28.197.961
Aumentos (Nota 26)	52.652	1.402.836
Reduções (Nota 26)	(845.019)	(499.964)
Utilizações	(4.280)	(5.941.903)
A 31 de dezembro	22.362.283	23.158.930

9 Imposto sobre o rendimento a receber/pagar

A partir de 2017, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), sendo o resultado fiscal apurado na TAP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento da Empresa é registada com base nos seus resultados fiscais.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 os saldos relacionados com imposto sobre o rendimento a receber ou a pagar detalham-se como segue:

	30-jun-19		31-dez-18	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
RETGS: Partes relacionadas (Nota 36)				
Pagamentos por conta	7.971.920	-	7.889.280	-
Retenções na fonte	639.653	-	639.653	-
Estimativa de IRC (Nota 32)	29.487.350	-	(199.289)	-
Estado e outros entes públicos				
Outros	356.876	-	-	-
	38.455.799	-	8.329.644	-
Estado e outros entes públicos				
Outros	-	(17.430)	-	(19.326)
	-	(17.430)	-	(19.326)
	38.455.799	(17.430)	8.329.644	(19.326)

10 Outros ativos correntes e não correntes

Os outros ativos correntes e não correntes em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 detalham-se conforme segue:

	30-jun-19		31-dez-18	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Diferimento de gastos	38.263.317	20.016.474	47.472.655	-
Estado	6.008.764	-	4.630.040	-
	44.272.081	20.016.474	52.102.695	-

→ **Diferimento de gastos**

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de diferimentos de gastos detalha-se como segue:

	30-jun-19		31-dez-18	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<i>Security deposits</i>	-	20.016.474	-	-
Locação de aeronaves e reatores	18.286.548	-	34.227.664	-
Rendas e alugueres	3.779.161	-	4.310.856	-
Comissões	4.165.106	-	1.871.632	-
Partes relacionadas (Nota 36)	5.423.271	-	4.696.968	-
Outros	6.609.231	-	2.365.535	-
	38.263.317	20.016.474	47.472.655	-

Os gastos diferidos relacionados com locações de aeronaves e reatores respeitam a custos iniciais incorridos entre a *inception* e a *commencement date*, a reconhecer linearmente ao longo do contrato de locação. Em 31 de dezembro de 2018, a referida rubrica incluía ainda o diferimento das rendas pagas antecipadamente ao *lessor*.

As comissões respeitam a valores pagos a agentes por bilhetes vendidos, mas ainda não voados e não caducados, até 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

→ **Estado**

Nos períodos findos em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 os saldos desta rubrica detalham-se como segue:

	30-jun-19	31-dez-18
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	6.008.211	3.918.899
Restantes impostos	553	711.141
	6.008.764	4.630.040

Em 30 de junho de 2019 o saldo devedor do IVA refere-se aos pedidos de reembolsos, ainda não recebidos, relativos aos meses de abril, maio e junho de 2019.

11 Caixa e seus equivalentes

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o detalhe de caixa e seus equivalentes apresenta os seguintes valores:

	30-jun-19	31-dez-18
Depósitos à ordem	156.295.739	54.940.178
Depósitos a prazo	230.132.375	158.227.412
Outros depósitos e títulos	111.000	10.488.153
Caixa	175.501	58.850
Caixa e seus equivalentes na demonstração da posição financeira	386.714.615	223.714.593
Outros depósitos	-	(10.359.638)
Caixa e seus equivalentes da demonstração dos fluxos de caixa	386.714.615	213.354.955

12 Capital

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o capital social da TAP S.A. encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 8.300.000 ações com o valor nominal de 5 Euros, totalmente detido pela TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.

13 Prestações suplementares e reservas

Prestações suplementares

Por deliberação em Assembleia Geral de Acionistas, datada de 13 de novembro de 2015, a acionista TAP SGPS procedeu a uma entrada em dinheiro, totalmente realizada, no montante de 29.542.000 Euros sob a forma de prestações suplementares. Adicionalmente, em 11 de dezembro de 2015, por deliberação social unânime por escrito, foi aprovada a realização de prestações suplementares, no montante total de 124.811.400 Euros, cuja entrada em dinheiro ocorreu ainda no mês de dezembro.

De acordo com a legislação em vigor, as prestações suplementares só podem ser restituídas aos acionistas desde que o capital próprio não fique inferior à soma do capital social e da reserva legal.

Reservas

→ Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

A 30 de junho de 2019 e a 31 de dezembro de 2018 a reserva legal encontra-se totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

→ Reservas de justo valor

Em 30 de junho de 2019, o montante positivo de 6.912.408 Euros, apresentado na rubrica “Reservas de justo valor”, corresponde ao justo valor dos instrumentos financeiros classificados como de cobertura (9.804.834 Euros), líquido do imposto, no montante de 2.892.426 Euros (Notas 7 e 21).

→ Outras reservas

Esta rubrica refere-se à reserva constituída em 2010 resultante da fusão por incorporação da Air Portugal Tours, S.A.

Resultados transitados

A rubrica “Resultados transitados” corresponde aos resultados líquidos dos exercícios anteriores, conforme deliberações efetuadas nas Assembleias Gerais. Encontram-se, ainda, registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação, pela primeira vez, das Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como os ganhos ou perdas com remensurações dos benefícios pós-emprego, líquidos de imposto e ajustamentos decorrentes da adoção da IFRS 16 (ver adicionalmente Nota 1.2.).

14 Pensões e outros benefícios pós-emprego

Pressupostos utilizados na avaliação das responsabilidades

As responsabilidades da Empresa foram determinadas por estudos atuariais, reportados a 30 de junho de 2019 e a 31 de dezembro de 2018, elaborados por entidades independentes, utilizando o “Método da Unidade de Crédito Projetada” e utilizando, essencialmente, os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	30-jun-19		31-dez-18	
	Portugal VIVA	Portugal Jubileu	Portugal VIVA	Portugal Jubileu
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 1980	EKV 1980	EKV 1980	EKV 1980
Taxa de desconto	1,50%	1,50%	2,00%	2,00%
Taxa de rendimento do fundo	1,50%	1,50%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento				
Salários	[1,5%-5%]	2,00%	[1,5%-5%]	2,00%
Pensões	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento dos custos médicos	1,50%	--	1,50%	--
Idade estimada de reforma	66	65	66	65

A Empresa procede à revisão periódica dos pressupostos atuariais sempre que ocorram eventos relevantes, com base em informação dos mercados financeiros e informação do universo de beneficiários abrangidos pelos planos. Em 30 de junho de 2019, a taxa de desconto do VIVA e Jubileu foi reduzida para 1,5%, na sequência da redução das taxas de juro das obrigações de elevada qualidade.

As responsabilidades em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 detalham-se como segue:

	30-jun-19					Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
Responsabilidades por serviços passados						
- Ativos	332.041	3.208.880	-	98.075.261	-	101.616.182
- Pré-reformados	3.052	18.363.378	438.246	-	-	18.804.676
- Aposentados	12.153.226	28.654.836	2.598.463	-	16.919.499	60.326.024
Valor de mercado dos fundos	(14.949.785)	-	-	(47.778.674)	(15.497.524)	(78.225.983)
Insuficiência(excesso)	(2.461.466)	50.227.094	3.036.709	50.296.587	1.421.975	102.520.899

	31-dez-18					Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
Responsabilidades por serviços passados						
- Ativos	281.580	1.877.234	-	83.939.828	-	86.098.642
- Pré-reformados	37.608	18.281.534	438.246	-	-	18.757.388
- Aposentados	10.636.637	30.872.904	2.598.463	-	16.919.499	61.027.503
Valor de mercado dos fundos	(15.230.464)	-	-	(48.942.794)	(15.497.524)	(79.670.782)
Insuficiência(excesso)	(4.274.639)	51.031.672	3.036.709	34.997.034	1.421.975	86.212.751

Evolução das responsabilidades por serviços passados

A evolução das responsabilidades por serviços passados, refletidas na demonstração da posição financeira, durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 2019 e 30 de junho de 2019 e durante o exercício de 2018, é conforme segue:

	30-jun-19					Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
Responsabilidades no início do período	10.955.825	51.031.672	3.036.709	83.939.828	16.919.499	165.883.533
Variação cambial	-	-	-	-	-	-
Valores registados nos resultados do período						
Serviços correntes	320	-	-	2.292.062	-	2.292.382
Juro líquido	109.558	510.317	-	872.006	-	1.491.881
Reestruturação - programa pré-reformas (Nota 28)	-	1.240.743	-	-	-	1.240.743
Remensurações	1.855.600	344.400	-	15.578.446	-	17.778.446
Fusão Megasis	-	460.515	-	-	-	460.515
Benefícios pagos	(432.984)	(3.360.553)	-	(4.607.081)	-	(8.400.618)
Responsabilidades no fim do período	12.488.319	50.227.094	3.036.709	98.075.261	16.919.499	180.746.882

	31-dez-18					Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
Responsabilidades no início do exercício	10.591.863	35.020.845	2.773.101	70.210.638	17.058.710	135.655.157
Variação cambial	-	-	-	-	(456.065)	(456.065)
Valores registados nos resultados do exercício:						
Serviços correntes	21.891	-	-	4.437.586	-	4.459.477
Juro líquido	211.837	700.417	55.461	1.535.840	316.854	2.820.409
Reestruturação - programa pré-reformas	-	17.305.876	-	-	-	17.305.876
Remensurações	867.369	1.967.522	208.147	13.822.725	-	16.865.763
Benefícios pagos	(737.135)	(3.962.988)	-	(6.066.961)	-	(10.767.084)
Responsabilidades no fim do exercício	10.955.825	51.031.672	3.036.709	83.939.828	16.919.499	165.883.533

Evolução dos fundos afetos aos planos de benefícios pós-emprego

Durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 2019 e 30 de junho de 2019 e durante o exercício de 2018 a evolução do património dos fundos foi conforme segue:

	30-jun-19			Total
	Fundo VIVA	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
Saldo inicial	15.230.464	48.942.794	15.497.524	79.670.782
Contribuição efetuada no período	-	3.000.000	-	3.000.000
Juro líquido	152.305	489.428	-	641.733
Benefícios pagos	(432.984)	(4.607.083)	-	(5.040.067)
Remensurações	-	(46.465)	-	(46.465)
Variação cambial	-	-	-	-
Saldo final	14.949.785	47.778.674	15.497.524	78.225.983

	31-dez-18			Total
	Fundo VIVA	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
Saldo inicial	16.398.887	48.296.222	15.625.035	80.320.144
Contribuição efetuada no exercício	-	5.871.000	328.554	6.199.554
Juro líquido	(431.287)	965.924	-	534.637
Benefícios pagos	(737.136)	(6.066.961)	-	(6.804.097)
Remensurações	-	(123.391)	-	(123.391)
Variação cambial	-	-	(456.065)	(456.065)
Saldo final	15.230.464	48.942.794	15.497.524	79.670.782

Gastos com pensões e outros benefícios pós-emprego

Relativamente aos gastos suportados com pensões e outros benefícios pós-emprego o detalhe é conforme segue:

	30-jun-19					Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
Serviços correntes	320	-	-	2.292.062	-	2.292.382
Juro líquido	(42.747)	510.317	-	382.578	-	850.148
Sub-total (Nota 25)	(42.427)	510.317	-	2.674.640	-	3.142.530
Reestruturação - programa pré-reformas (Nota 28)	-	1.240.743	-	-	-	1.240.743
Total	(42.427)	1.751.060	-	2.674.640	-	4.383.273

	30-jun-18					Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
Serviços correntes	10.945	-	-	4.085.111	-	4.096.056
Juro líquido	(120.297)	348.832	27.731	995.245	1.910	1.253.421
Total (Nota 25)	(109.352)	348.832	27.731	5.080.356	1.910	5.349.477

Conforme mencionado, os pilotos da Empresa, admitidos após 1 de junho de 2007, beneficiam de um plano de contribuição definida. Foi reconhecido, durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 2019 e 30 de junho de 2019, um gasto na rubrica de gastos com benefícios pós-emprego no montante de 1.252.428 Euros (entre 1 de janeiro de 2018 e 30 de junho de 2018: 780.153 Euros), relativo às contribuições efetuadas no ano a favor dos seus empregados (Nota 25).

Os gastos com pensões e outros benefícios pós-emprego, durante os primeiros semestres de 2019 e 2018, encontram-se registados na rubrica de gastos com o pessoal (Nota 25).

Ganhos/perdas com remensurações

Os ganhos/perdas com remensurações, relacionados com planos de benefício pós-emprego, detalham-se como segue:

	30-jun-19				Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	
Remensurações					
Retorno dos ativos, excluindo montantes incluídos nos resultados	-	-	-	46.465	46.465
	-	-	-	46.465	46.465
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos financeiros	1.855.600	344.400	-	6.800.000	9.000.000
(Ganhos)/perdas de experiência	-	-	-	8.778.446	8.778.446
	1.855.600	344.400	-	15.578.446	17.778.446
Total das remensurações	1.855.600	344.400	-	15.624.911	17.824.911

	30-jun-18				Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	
Remensurações					
Retorno dos ativos, excluindo montantes incluídos nos resultados	-	-	-	45.533	45.533
	-	-	-	45.533	45.533
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos financeiros	-	-	-	3.669.039	3.669.039
(Ganhos)/perdas de experiência	921.601	(154.548)	(108.322)	3.933.235	4.591.966
	921.601	(154.548)	(108.322)	7.602.274	8.261.005
Total das remensurações	921.601	(154.548)	(108.322)	7.647.807	8.306.538

As perdas atuariais reconhecidas em 2019, no montante total de 17.824.911 Euros, decorrem maioritariamente da redução da taxa de desconto, acompanhada da revisão salarial e acordos estabelecidos em 2018 com o pessoal de navegação técnico, o qual teve impacto na revisão salarial de 2019 superior ao estimado.

Os ganhos/perdas com remensurações foram reconhecidos diretamente no rendimento integral da Empresa.

15 Provisões

No decurso do primeiro semestre de 2019 e do exercício de 2018 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Processos judiciais em curso	Outras	Custos de redelivery	Total
1 de janeiro de 2018	8.771.552	451.197	-	9.222.749
Aumentos	3.438.992	1.877.168	-	5.316.160
Reversões	(255.166)	(34.420)	-	(289.586)
Utilizações	(157.500)	(1.877.168)	-	(2.034.668)
31 de dezembro de 2018	11.797.878	416.777	-	12.214.655
Adoção da IFRS 16	-	-	26.082.076	26.082.076
Aumentos	236.231	-	22.644.806	22.881.037
Reversões	(723.148)	(6.250)	-	(729.398)
Utilizações	(136.100)	-	(1.910.907)	(2.047.007)
Outros movimentos	-	-	1.605.410	1.605.410
30 de junho de 2019	11.174.861	410.527	48.421.385	60.006.773

Destes movimentos, resultaram ganhos de 493.167 Euros em 30 de junho de 2019 que foram registados na rubrica de imparidade de contas a receber, inventários e provisões na demonstração dos resultados (Nota 26).

→ Processos judiciais em curso

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pela Empresa e pelos seus consultores legais, baseadas em taxas de sucesso históricas por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para a Empresa. Em 30 de junho de 2019, a provisão existente, no montante de 11.174.861 Euros, destina-se a fazer face a diversos processos judiciais intentados contra a Empresa, no país e no estrangeiro.

→ Custos de redelivery

Conforme mencionado na Nota 1.2., os aumentos da provisão para *redelivery* são reconhecidos por contrapartida do direito de uso, sendo subsequentemente sujeita a depreciação.

16 Passivos remunerados

→ Dívida remunerada corrente e não corrente

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a dívida remunerada detalha-se como segue:

	30-jun-19		31-dez-18	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	166.837.112	410.349.203	150.628.347	498.485.039
Acréscimos de gastos com juros	2.774.108	-	3.621.389	-
Encargos iniciais	(1.880.785)	(4.811.843)	(3.952.807)	(4.811.843)
Dívida bancária remunerada	167.730.435	405.537.360	150.296.929	493.673.196
Empréstimos obrigacionistas	2.539.714	324.478.606	-	-
Acréscimos de gastos com juros	2.603.006	-	-	-
Encargos iniciais	(1.017.422)	(13.246.417)	-	-
Empréstimos obrigacionistas	4.125.298	311.232.189	-	-
Locações financeiras	33.558.219	156.257.867	30.045.208	102.050.837
Acréscimos de gastos com juros	486.748	-	562.988	-
Encargos iniciais	(200.378)	(762.490)	(258.329)	(430.999)
Locações financeiras	33.844.589	155.495.377	30.349.867	101.619.838
Total de dívida remunerada	205.700.322	872.264.926	180.646.796	595.293.034

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a dívida remunerada, por maturidade e por tipo de taxa de juro, decompõe-se como segue:

	30-jun-19	31-dez-18
Até 1 ano	205.700.322	180.646.796
1 a 2 anos	188.069.024	192.845.190
2 a 3 anos	152.820.583	160.219.305
3 a 4 anos	293.948.634	144.726.370
4 a 5 anos	41.558.430	23.334.839
Superior a 5 anos	195.868.255	74.167.330
	1.077.965.248	775.939.830
	30-jun-19	31-dez-18
Taxa variável		
Até 1 ano	187.864.902	166.739.901
1 a 2 anos	175.043.371	173.099.130
2 a 3 anos	139.353.880	149.833.718
Mais de 3 anos	150.615.939	199.622.007
	652.878.092	689.294.756
Taxa fixa		
Até 1 ano	17.835.420	13.906.895
1 a 2 anos	13.025.653	19.746.060
2 a 3 anos	13.466.703	10.385.587
Mais de 3 anos	380.759.380	42.606.532
	425.087.156	86.645.074
	1.077.965.248	775.939.830

→ **Dívida líquida remunerada**

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

	30-jun-19	31-dez-18
Dívida a terceiros remunerada		
Não corrente	872.264.926	595.293.034
Corrente	205.700.322	180.646.796
	1.077.965.248	775.939.830
Caixa e seus equivalentes (Nota 11)		
Numerário	175.501	58.850
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	156.295.739	54.940.178
Outras aplicações de tesouraria	230.243.375	168.715.565
	386.714.615	223.714.593
Dívida líquida remunerada	691.250.633	552.225.237

→ **Dívida bancária remunerada**

No âmbito do Acordo de Compra e Venda de Ações da TAP SGPS, em complemento com o “Acordo de Adaptação e Monitorização de Passivo Financeiro Relativo ao Grupo TAP”, referidos na Nota Introdutória, em 30 de junho de 2017 foi realizada a reestruturação da dívida bancária do Grupo TAP, estando as principais alterações relacionadas com as maturidades e condições financeiras dos empréstimos, nomeadamente indexante e *spread* aplicável.

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, todos os empréstimos estão denominados em Euros.

→ **Empréstimos obrigacionistas**

A Empresa procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista de subscrição privada, totalmente subscrito a 17 de janeiro de 2019, no montante de 137 milhões de Euros, com maturidade em 2034.

A TAP S.A. efetuou uma oferta pública de subscrição de obrigações a 4 anos, com taxa de juro fixa de 4,375% ao ano, no montante de 200 milhões de Euros, denominado “Obrigações TAP 2019-2023”. A emissão, liquidação física e financeira da operação, bem como a admissão à negociação das obrigações no *Euronext Lisbon*, ocorreu no dia 24 de junho de 2019.

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 todos os empréstimos estão denominados em Euros.

→ **Locações financeiras**

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, os passivos por locação financeira (acrescidos de gastos com juros e deduzidos de encargos iniciais), respeitam essencialmente a aeronaves e reatores.

As locações financeiras estão denominadas nas seguintes moedas:

	30-jun-19	31-dez-18
Locações financeiras em EUR	99.911.665	69.522.862
Locações financeiras em USD	89.428.301	62.446.843
	189.339.966	131.969.705

→ **Financial covenants**

Os *financial covenants* constantes dos contratos de *leasing* e financiamento são os usuais em operações desta natureza, incluindo disposições como obrigatoriedade de manutenção da atividade como operador aéreo, compromissos de fornecimento periódico de informação financeira disponível, bem como, no caso específico de *leasings* operacionais, obrigações de caráter operacional relativas a registos nas entidades oficiais, informações relativas às aeronaves em *leasing*, estrito cumprimento de toda a regulamentação, procedimentos definidos pelas autoridades, entre outros.

Adicionalmente, na sequência da reestruturação da dívida financeira acima referida e emissão dos empréstimos obrigacionistas, foram assumidos compromissos de acompanhamento da *performance* financeira do Grupo TAP, através da análise e cumprimento de determinados rácios relacionados com as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo TAP, nomeadamente, com os capitais próprios, EBITDAR, *Net Debt*/EBITDAR e dívida financeira líquida não garantida e valor mínimo de caixa e seus equivalentes não restritos. Estes rácios pretendem acompanhar a situação financeira do Grupo TAP e aferir a sua capacidade para garantir o serviço da dívida.

17 Passivos com obrigações contratuais

A rubrica “Passivos com obrigações contratuais” respeita essencialmente aos contratos de locação operacional da Empresa, que têm durações variáveis que podem ir até aos 12 anos e que podem ser prorrogados por vontade expressa das partes contraentes, os quais passaram a ser reconhecidos na demonstração da posição financeira a partir de 1 de janeiro de 2019, com a adoção da IFRS 16.

Em 30 de junho de 2019 existiam em regime de locação 63 aeronaves e 24 reatores e em regime de ACMI 21 aeronaves, conforme detalhe na Nota 2.

Em 30 de junho de 2019, os passivos com obrigações contratuais, por maturidade, decompõem-se como segue:

	30-jun-19
Até 1 ano	360.225.687
1 a 2 anos	329.538.479
2 a 3 anos	258.842.869
3 a 4 anos	178.482.498
4 a 5 anos	118.401.053
Superior a 5 anos	569.898.325
	1.815.388.911

As referidas responsabilidades estão maioritariamente indexadas ao dólar.

18 Outras contas a pagar

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o detalhe da rubrica de outras contas a pagar é como segue:

	30-jun-19		31-dez-18	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores	181.618.995	-	236.954.507	-
Acréscimos de gastos	244.855.274	-	308.895.811	49.741.211
Adiantamentos de clientes	925.115	-	835.687	-
Outros	186.024.070	-	120.806.723	-
	613.423.454	-	667.492.728	49.741.211

→ Fornecedores

O saldo da rubrica de fornecedores apresenta a seguinte composição:

	30-jun-19	31-dez-18
Fornecedores - conta corrente	63.997.420	92.617.537
Fornecedores - Entidades relacionadas (Nota 36)	40.938.448	60.006.523
Fornecedores - faturas em receção e conferência	76.683.127	84.330.447
	181.618.995	236.954.507

→ **Acréscimos de gastos**

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de acréscimos de gastos decompõe-se como segue:

	30-jun-19		31-dez-18	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Remunerações a liquidar	103.602.308	-	93.556.918	-
Manutenção - locação operacional	-	-	54.197.716	49.741.211
Combustíveis de avião e licenças e emissão CO2	52.638.952	-	49.429.139	-
Remunerações - pessoal navegante	25.514.814	-	18.799.079	-
Taxas de navegação aérea	8.536.049	-	5.057.486	-
Encargos especiais da atividade de venda	8.090.216	-	10.002.238	-
Partes relacionadas (Nota 36)	7.117.268	-	6.523.323	-
Assistência por terceiros	6.277.001	-	5.693.489	-
Seguros a liquidar	5.513.317	-	2.109.991	-
Trabalhos especializados	5.220.412	-	4.997.659	-
Taxas de aterragem a pagar	5.006.432	-	1.333.571	-
Swaps jet fuel (Nota 21)	-	-	41.322.387	-
Outros acréscimos de gastos	17.338.505	-	15.872.815	-
	244.855.274	-	308.895.811	49.741.211

A variação na rubrica “Manutenção - locação operacional” decorre da adoção da IFRS 16 (ver Nota 1.2.). Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da referida rubrica corresponde à estimativa de encargos com manutenção estrutural das aeronaves em regime de locação operacional, deduzida das reservas de manutenção pagas que se estima serem recuperáveis considerando as atuais condições contratuais estabelecidas com os locadores e a estimativa dos respetivos encargos com a manutenção estrutural destas aeronaves.

O aumento verificado na rubrica de remunerações a liquidar está associado ao aumento médio salarial verificado no segundo semestre de 2018 bem como ao aumento do número de trabalhadores.

Os encargos especiais da atividade de venda referem-se a comissões atribuídas a agentes em função da receita voada do período obtida por este canal.

→ **Outros – contas a pagar correntes**

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de outras contas a pagar correntes decompõe-se como segue:

	30-jun-19	31-dez-18
Taxas e impostos a pagar	151.875.353	88.733.129
Fornecedores de imobilizado	9.568.192	16.283.365
Saldos credores de clientes	9.785.944	3.057.731
Partes relacionadas (Nota 36)	1.105.703	2.588.237
Indemnizações de acidentes de trabalho	976.253	937.034
Outras contas a pagar	12.712.625	9.207.227
	186.024.070	120.806.723

A rubrica de taxas e impostos a pagar refere-se, essencialmente, a valores a pagar a diversas entidades, relacionados com taxas cobradas aos clientes nos bilhetes emitidos. A variação face a 31 de dezembro de 2018 decorre da sazonalidade da atividade, acompanhada pelo incremento da mesma.

19 Outros passivos correntes

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de outros passivos correntes respeita, essencialmente, a:

	30-jun-19	31-dez-18
Ganhos diferidos	62.936.509	58.594.413
Estado	25.216.683	35.736.669
	88.153.192	94.331.082

→ Ganhos diferidos

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de ganhos diferidos decompõe-se como segue:

	30-jun-19	31-dez-18
Programa de fidelização de clientes	47.895.230	52.035.848
Ganhos com locações de aeronaves	3.263.723	3.230.195
Trabalhos para companhias de aviação	2.406.692	-
Partes relacionadas (Nota 36)	335.296	348.496
Subsídios ao investimento	276.787	2.882.523
Outros ganhos diferidos	8.758.781	97.351
	62.936.509	58.594.413

Os outros ganhos diferidos inclui, essencialmente, uma compensação contratual recebida no primeiro semestre de 2019, referente ao exercício de 2019.

No âmbito da aplicação da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes, na atribuição de milhas aos clientes aderentes ao programa de fidelização denominado “TAP Miles&Go”, é reconhecida uma obrigação contratual com base no valor unitário da milha.

A rubrica de trabalhos para companhias de aviação corresponde aos passivos de contratos de clientes, conforme previsto pela IFRS 15.

→ Estado

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 os saldos desta rubrica detalham-se como segue:

	30-jun-19	31-dez-18
Contribuição para a Segurança Social	12.703.078	18.867.431
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	11.629.651	16.832.098
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	845.292	37.140
Restantes impostos	38.662	-
	25.216.683	35.736.669

20 Documentos pendentes de voo

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a responsabilidade da Empresa, referente a bilhetes emitidos e não utilizados, era a seguinte:

	30-jun-19	31-dez-18
Passageiros	679.670.339	393.260.983
Carga	182.928	204.729
	679.853.267	393.465.712

21 Instrumentos financeiros derivados

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a Empresa tinha negociado os seguintes instrumentos financeiros derivados, relativos a *swaps* de *jet fuel*, classificados como de cobertura:

	30-jun-19	31-dez-18
<i>Swaps</i> de <i>jet fuel</i> (Notas 7 e 18)	9.804.834	(41.322.387)
	9.804.834	(41.322.387)

Os instrumentos financeiros derivados em carteira sobre *jet fuel*, classificados como instrumentos de cobertura apresentam, durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, as seguintes evoluções:

	Ativo	Passivo
Justo valor em 1 de janeiro de 2018	-	-
Aquisições durante o exercício - pagamento/(recebimento)	-	(4.109.128)
Pagamento/(recebimento) de <i>swaps</i> durante o exercício	-	-
Recebimento/(pagamento) de <i>swaps</i> retidos em resultados	-	4.109.128
Aumento/(diminuição) do justo valor refletido no capital próprio	-	(41.322.387)
Justo valor em 31 de dezembro de 2018	-	(41.322.387)
Aquisições durante o exercício - pagamento/(recebimento)	-	-
Pagamento/(recebimento) de <i>swaps</i> durante o período	805.490	-
Recebimento/(pagamento) de <i>swaps</i> retidos em resultados	(805.490)	-
Aumento/(diminuição) do justo valor refletido no capital próprio	9.804.834	41.322.387
Justo valor em 30 de junho de 2019	9.804.834	-

Em 30 de junho de 2019 a Empresa tinha contratado derivados sobre 702.000 toneladas de *jet fuel*, cujo valor de mercado a essa data era de 9.804.834 Euros e com maturidades entre julho de 2019 e dezembro de 2020, cobrindo aproximadamente 40% do consumo estimado.

22 Relato por Segmentos

Foram identificados os seguintes segmentos de negócio: transporte aéreo e manutenção. Os resultados de cada segmento correspondem àqueles que lhes são diretamente atribuíveis, bem como os que, numa base razoável, lhes podem ser atribuídos. As atividades agregadas em “Outros” não qualificam para relatar separadamente.

A informação financeira, por segmentos de negócio, em 30 de junho de 2019 e 2018, analisa-se como segue:

	30-jun-19				30-jun-18			
	Transp. Aéreo	Manutenção e engenharia	Outros	Total	Transp. Aéreo	Manutenção e engenharia	Outros	Total
Rendimentos e ganhos operacionais	1.348.768.553	95.248.766	4.838.123	1.448.855.442	1.356.210.980	128.044.082	5.444.451	1.489.699.513
Resultados operacionais	(96.864.771)	19.175.506	(7.274.345)	(84.963.610)	(57.237.955)	17.591.515	(6.118.167)	(45.764.607)
Resultados financeiros líquidos externos	(54.739.738)	(2.654.931)	-	(57.394.669)	(46.328.735)	2.002.464	-	(44.326.271)
Imposto sobre o rendimento	32.335.374	(3.500.020)	1.541.131	30.376.485	23.005.254	(4.352.408)	1.359.027	20.011.873
Resultado líquido do período	(119.269.135)	13.020.555	(5.733.214)	(111.981.794)	(80.561.436)	15.241.571	(4.759.140)	(70.079.005)

A Empresa não apresenta ativos e passivos segmentais tendo em consideração que esta informação não é apresentada ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

As vendas e serviços prestados por mercado geográfico são como segue:

	30-jun-19					30-jun-18				
	Passagens	Manutenção	Carga e Correio	Outros	Total	Passagens	Manutenção	Carga e Correio	Outros	Total
Continente e ilhas	90.060.857	7.047.117	3.787.906	3.263.004	104.158.884	80.392.495	2.302.718	3.616.064	2.854.144	89.165.421
Europa	499.777.009	78.802.573	6.400.835	951.037	585.931.454	495.799.456	99.812.731	6.618.924	682.364	602.913.475
Atlântico Sul	365.080.738	3.657.300	35.604.264	161.545	404.503.847	408.204.029	1.084.558	38.431.258	126.229	447.846.074
Atlântico Norte	166.992.931	817.437	11.572.986	84.526	179.467.880	146.166.151	2.610.461	9.896.620	57.437	158.730.669
Atlântico Médio	7.088.681	-	573.065	3.500	7.665.246	9.244.293	7	650.196	2.996	9.897.492
África	140.056.168	490.506	7.848.089	111.593	148.506.356	139.352.989	11.855.070	7.581.711	75.918	158.865.688
Outros	6.066.387	1.708.147	2.444	6.863	7.783.841	7.655	6.985.781	-	-	6.993.436
	1.275.122.771	92.523.080	65.789.589	4.582.068	1.438.017.508	1.279.167.068	124.651.326	66.794.773	3.799.088	1.474.412.255

23 Outros rendimentos

Para os períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018 esta rubrica é apresentada como segue:

	30-jun-19	30-jun-18
Material de armazém recuperado	2.121.836	2.802.712
Rendas e sublocações	1.932.236	2.070.179
Ganhos em ativos fixos	1.815.205	4.091.540
Subsídios à exploração	1.008.232	861.119
Publicidade	890.184	1.024.033
Variação justo valor	-	1.276.287
Outros rendimentos suplementares	7.652.309	6.960.476
	15.420.002	19.086.346

24 Gastos por natureza

Nos períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018 verificaram-se as seguintes naturezas de gastos:

	30-jun-19	30-jun-18
Combustível para aeronaves	360.281.462	357.531.618
Custos operacionais de tráfego	374.325.170	451.461.479
Rendas de aeronaves	-	71.009.884
Gastos com manutenção de aeronaves	28.445.783	65.642.674
Custo dos materiais consumidos	64.658.855	94.252.627
Custos comerciais, marketing e comunicação	84.092.237	93.567.444
	911.803.507	1.133.465.726

→ **Combustível para aeronaves**

A rubrica de combustíveis para aeronaves apresenta a seguinte composição para os períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018:

	30-jun-19	30-jun-18
Combustíveis de avião	354.697.176	348.631.955
Licenças emissão CO2	5.584.286	8.899.663
	360.281.462	357.531.618

→ **Custos operacionais de tráfego**

A rubrica custos operacionais de tráfego apresenta a seguinte composição para os períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018:

	30-jun-19	30-jun-18
Serviços de handling	96.154.767	94.779.421
Taxas de navegação aérea	81.332.584	78.415.888
Taxas de aterragem	50.213.601	45.689.475
Despesas a bordo	48.067.173	46.075.414
Irregularidades operacionais	30.122.356	25.484.119
Fretamentos aviões	6.853.255	99.842.707
Outros custos operacionais de tráfego	61.581.434	61.174.455
	374.325.170	451.461.479

A redução dos custos de fretamento decorre, essencialmente, da adoção da IFRS 16, conforme referido na Nota 1.2.

→ **Rendas de aeronaves**

A rubrica de rendas de aeronaves apresenta a seguinte composição para os períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018:

	30-jun-19	30-jun-18
Locação operacional de aeronaves	-	64.865.209
Locação operacional de sobressalentes	-	6.144.675
	-	71.009.884

A redução dos custos de locação de aeronaves e sobressalentes decorre da adoção da IFRS 16, conforme referido na Nota 1.2.

→ **Gastos com manutenção de aeronaves**

A rubrica de gastos com a manutenção de aeronaves respeita aos gastos de manutenção estrutural e recorrente, incluindo de linha, da frota TAP. A partir de 1 de janeiro de 2019, na sequência da adoção da IFRS 16, os encargos com a manutenção estrutural das aeronaves em regime de locação operacional passaram a ser capitalizados junto com o direito de uso, e depreciados pelo período estimado de utilização, conforme referido na Nota 1.2.

→ **Custos dos materiais consumidos**

Os custos dos materiais consumidos, na prestação de serviços de manutenção a terceiros, apresentam a seguinte composição para os períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018:

	30-jun-19	30-jun-18
Inventários consumidos e vendidos	49.446.401	79.354.151
Subcontratação de manutenção de equipamento de voo a terceiros	15.212.454	14.898.476
	64.658.855	94.252.627

A variação verificada nos custos dos materiais consumidos no primeiro semestre de 2019 está diretamente relacionada com a diminuição da atividade de manutenção e engenharia para a frota de terceiros (Nota 22).

→ **Custos comerciais, *marketing* e comunicação**

A rubricas de custos comerciais, de *marketing* e comunicação apresenta a seguinte composição para os períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018:

	30-jun-19	30-jun-18
<i>Booking fees</i>	34.038.251	37.881.346
Comissões	22.027.531	22.711.024
Outros gastos comerciais, <i>marketing</i> e comunicação	28.026.455	32.975.074
	84.092.237	93.567.444

25 Custos com o pessoal

Os custos com o pessoal, incorridos durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018, são conforme segue:

	30-jun-19	30-jun-18
Remunerações		
Pessoal	332.920.817	286.461.523
Órgãos sociais	24.500	21.000
	332.945.317	286.482.523
Remunerações fixas	163.148.134	148.517.329
Remunerações variáveis	84.978.910	65.962.803
Encargos sobre remunerações	54.130.001	44.970.407
Benefícios pós-emprego (Nota 14)	4.460.485	6.129.630
Outros gastos com o pessoal	26.227.787	20.902.354
	332.945.317	286.482.523

O aumento dos gastos com o pessoal decorre da variação do *headcount* e respetivas despesas de instrução e formação, do aumento médio salarial e do aumento de remunerações variáveis, em resultado do forte crescimento da operação, e dos acordos celebrados com os trabalhadores e seus representantes em 2018.

26 Imparidades de contas a receber, inventários e provisões

Nos primeiros semestres de 2019 e 2018 esta rubrica detalha-se como segue:

	30-jun-19	30-jun-18
Imparidade de inventários (Nota 8)	(792.367)	(4.450)
Imparidade de contas a receber (Nota 7)	1.616.039	290.083
Provisões (Nota 15)	(493.167)	(207.166)
	330.505	78.467

27 Outros gastos

O detalhe da rubrica de outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

	30-jun-19	30-jun-18
Trabalhos especializados e subcontratos	39.463.395	42.369.240
Conservação e reparação de outros ativos	5.790.443	4.151.238
Comunicação	5.082.571	1.901.186
Rendas e alugueres	4.817.291	3.440.384
Outros gastos operacionais	16.448.386	14.474.762
	71.602.086	66.336.810

Os gastos com rendas e alugueres respeitam essencialmente a locações isentas no âmbito da IFRS 16 pelo seu baixo valor, ou contratos de aluguer que não contêm um ativo.

28 Reestruturação

O detalhe da rubrica de gastos com reestruturação é apresentado no quadro seguinte:

	30-jun-19	30-jun-18
Pré-reformas (Nota 14)	1.240.743	-
Indemnizações ao pessoal	2.394.729	3.548.701
	3.635.472	3.548.701

29 Outros itens não recorrentes

O detalhe da rubrica de outros itens não recorrentes, para além dos gastos com reestruturação (Nota 28), decorre, essencialmente, dos vários acordos realizados com sindicatos conforme segue:

	30-jun-19	30-jun-18
Anuidades - Prestações compensatórias Pessoal Navegante	919.197	1.773.094
Prestação extraordinária Pessoal Navegante Técnico	-	9.873.779
Negociação SNPVAC - Complemento de Gravidez	-	2.686.765
	919.197	14.333.638

Na sequência do Regulamento de Recurso à Contratação Externa (“RRCE”) celebrado em 14 de maio de 2018 com o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (“SPAC”), que revogou o Regulamento de Efetivos e de Recurso à Contratação Externa (“RERCE”), celebrado em 30 de julho de 1998, fixando novas condições para a contratação externa, foi acordado, a título excecional, o pagamento de prestações extraordinárias referente aos anos de 2017 e 2018, cujo gasto foi reconhecido no exercício de 2018.

Em 17 de maio de 2016 foi celebrado um memorando de entendimento sobre o modelo de atribuição de senioridades dos pilotos da Empresa. No âmbito deste memorando, foi definido que iria ser reposto até 2019, sem quaisquer efeitos retroativos, as senioridades referentes aos anos de 2011 a 2016, incluídas no âmbito da proibição de valorizações remuneratórias, impostas pelos regimes orçamentais vigentes à data.

No âmbito do acordo celebrado em 30 de janeiro de 2018 com o Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (“SNPVAC”) foi acordado o pagamento de complemento de gravidez em situações anteriormente não abrangidas, referente a anos anteriores, no montante total de 2.687 milhares de Euros, cujo gasto foi reconhecido no exercício de 2018.

Dado o seu enquadramento e natureza, as referidas situações foram consideradas pelo Conselho de Administração como não recorrentes no contexto das presentes demonstrações financeiras.

30 Depreciações, amortizações e perdas por imparidade

Nos primeiros semestres de 2019 e 2018 a rubrica depreciações, amortizações e perdas por imparidade decompõe-se como segue:

	30-jun-19	30-jun-18
Depreciações de ativos fixos tangíveis (Nota 2)		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	2.707.912	2.703.329
Equipamento básico	27.669.475	26.468.043
Equipamento de transporte	28.429	54.508
Ferramentas e utensílios	315.873	310.237
Equipamento administrativo	516.911	331.042
Outros ativos fixos tangíveis	139.501	144.524
	31.378.101	30.011.683
Direito de uso de ativos (Nota 2)		
Edifícios e outras construções	357.142	-
Equipamento básico	176.990.317	-
Equipamento de transporte	143.680	-
	177.491.139	-
Amortizações de ativos intangíveis (Nota 4)		
Programas de computador	2.305.102	194.816
	2.305.102	194.816
Perdas por imparidade em ativos tangíveis (Nota 2)		
Equipamento básico	1.408.626	1.011.756
Total	212.582.968	31.218.255

31 Resultados financeiros

O detalhe dos resultados financeiros nos primeiros semestres de 2019 e 2018 é conforme segue:

	30-jun-19	30-jun-18
Juros suportados	(15.354.443)	(10.397.443)
Juros relacionados com contratos de locação operacional	(47.415.900)	-
Juros decorrentes da aplicação custo amortizado	(4.615.278)	-
Outros custos e perdas financeiros	(4.535.476)	(6.047.640)
Juros e gastos similares suportados	(71.921.097)	(16.445.083)
Juros obtidos	16.613.565	18.853.772
Juros e rendimentos similares obtidos	16.613.565	18.853.772
Diferenças de câmbio líquidas	(2.087.137)	(46.734.960)
Diferenças de câmbio líquidas	(2.087.137)	(46.734.960)
	(57.394.669)	(44.326.271)

Os gastos com juros relacionados com contratos de locação operacional decorrem da adoção da IFRS 16 a partir de 1 de janeiro de 2019.

As diferenças cambiais desfavoráveis ocorridas no primeiro semestre de 2018 decorreram, essencialmente, da desvalorização do real e do kwanza, assim como da valorização do dólar tendo em consideração o volume de dívida nesta moeda.

32 Imposto sobre o rendimento

Em 30 de junho de 2019 e 2018 a decomposição do montante do imposto sobre o rendimento, reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	30-jun-19	30-jun-18
Imposto diferido (Nota 6)	(435.021)	(383.554)
Imposto corrente (Nota 9)	(29.487.350)	(18.866.290)
Diferenças de estimativa de imposto	(454.114)	(762.029)
	(30.376.485)	(20.011.873)

33 Resultados por ação

Não existem instrumentos financeiros convertíveis sobre as ações da TAP S.A., pelo que não existe diluição de resultados.

	30-jun-19	30-jun-18
Resultado atribuível ao acionista da TAP S.A.	(111.981.794)	(70.079.005)
Número médio ponderado de ações	8.300.000	8.300.000
Resultado básico e diluído por ação	(13,5)	(8,4)

34 Compromissos

→ Compromissos de compra

Está contratada com a Airbus S.A.S. (“Airbus”) a aquisição de 53 aeronaves (39 A320 NEO Family e 14 A330 NEO) a receber entre 2018 e 2025. Esta encomenda decorre da novação à TAP S.A. do contrato de aquisição previamente negociado e assinado entre a Airbus e a DGN Corporation. Destas, foram celebrados até ao presente, contratos de cedência de posição contratual com subsequente *leaseback* e contratos de *sale and leaseback* para 17 aeronaves (8 A320 NEO Family e 9 A330 NEO), dos quais foram recebidos até 30 de junho de 2019 dois A321 NEO, dois A321 NEO LR e cinco A330 NEO.

Está igualmente em vigor um contrato com a CFM International Inc., S.A. relativo à aquisição de 83 reatores LEAP-A1, incluindo 5 reatores de reserva, que equiparão e servirão a nova frota de aeronaves A320 NEO Family. De referir, que estes reatores serão adquiridos diretamente pela Airbus, com exceção dos reatores de reserva.

Foram ainda firmados contratos com a Rolls-Royce, que englobam o suporte de manutenção à totalidade dos reatores TRENT 7000, que equipam as aeronaves A330 NEO, bem como a aquisição de 3 reatores de reserva. Relativamente aos reatores de reserva, à data de 30 de junho de 2019, já foram adquiridos e financiados, em regime de *leasing* financeiro, dois reatores, tendo sido contratualizado o financiamento de um terceiro reator de reserva, cuja entrega está prevista para maio de 2020.

→ Outros compromissos

Encontram-se firmados contratos de locação operacional referentes a aeronaves cuja entrada em operação apenas irá ocorrer entre o segundo semestre de 2019 e 2020, cujo valor mínimo das rendas futuras não canceláveis ascende a, aproximadamente, 1.214.471 milhares de Euros em 30 de junho de 2019. Este montante inclui seis aeronaves contratadas com a Airbus, conforme acima referido.

35 Contingências

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a Empresa não apresenta ativos ou passivos contingentes passíveis de divulgação.

→ **Garantias prestadas**

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 as garantias prestadas pela Empresa decompõem-se como segue:

	30-jun-19	31-dez-18
Garantias bancárias prestadas pela Sede		
Aeronaves	74.577.092	57.092.188
INEA - Projeto "Spice"	-	2.625.993
Combustíveis	1.528.735	1.523.362
Estado Português - Exploração das linhas dos Açores	1.653.985	1.653.985
Aeroportos	998.116	-
Clean Sky - Projeto de Investigação e desenvolvimento - M&E	-	1.612.116
Tribunal do Trabalho	418.946	374.530
Outras	6.115.452	6.463.628
Garantias bancárias prestadas pelas Representações	2.044.314	1.969.596
	87.336.640	73.315.398

O reforço efetuado, durante o primeiro semestre de 2019, nas garantias bancárias prestadas pela Sede referentes a aeronaves, prende-se, essencialmente, com os contratos de locação operacional.

As garantias prestadas no âmbito de contratos de financiamento encontram-se divulgadas na Nota 16.

Conforme mencionado na Nota Introdutória, foi deliberado pela Assembleia Geral da TAP SGPS, em 8 de março de 2016, reconhecer a produção plena dos efeitos da emissão de obrigações pela TAP SGPS bem como a produção de efeitos do contrato de prestação de garantias, celebrado no âmbito da referida emissão obrigacionista, entre a TAP SGPS, a TAP S.A., a Megasis – Sociedade de Serviços de Engenharia e Informática, S.A., a Azul S.A. e a Bondholders, S.L.

36 Partes relacionadas

Os saldos e transações, com entidades relacionadas em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, são como segue:

→ SalDOS

30-jun-19 - Ativos								
	Cientes (Nota 7)	Adiantamentos a fornecedores (Nota 7)	Acréscimos de ganhos (Nota 7)	Diferimento de gastos (Nota 10)	Imposto sobre o rendimento a receber (Nota 9)	Outras contas a receber não correntes (Nota 7)	Outras contas a receber correntes (Nota 7)	Totais
TAP SGPS	5.890	-	885	-	8.565.923	-	815.224.011	823.796.709
Azul S.A.	3.303.400	-	-	-	-	-	155.820	3.459.220
TAPGER	-	-	250.000	-	-	-	329	250.329
PGA	-	-	7.043.845	-	-	-	209.781	7.253.626
SPdH	583.804	-	3.154.356	1.471.775	-	-	614.132	5.824.067
TAP ME Brasil	14.355.063	6.404.984	-	-	-	-	7.079.424	27.839.471
Cateringpor	59.200	-	20.340	632.111	-	-	178.249	889.900
UCS	176.277	1.000	-	1.408.651	-	-	756.346	2.342.274
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	179.043	-	-	1.910.734	-	375.220	-	2.464.997
Grupo Barraqueiro	2.233	-	-	-	-	-	1.227	3.460
	18.664.910	6.405.984	10.469.426	5.423.271	8.565.923	375.220	824.219.319	874.124.053

30-jun-19 - Passivos					
	Fornecedores (Nota 18)	Acréscimos de gastos (Nota 18)	Ganhos diferidos (Nota 19)	Outras contas a pagar correntes (Nota 18)	Totais
TAP SGPS		(11.070)	(2.483.200)	-	(2.494.270)
Azul S.A.		(188.822)	(123.902)	-	(312.724)
PGA		(8.293.865)	(1.432)	(1.098.326)	(9.393.623)
SPdH		(14.856.673)	(1.350.119)	(103.113)	(16.310.338)
TAP ME Brasil		(8.170.677)	(4.597)	-	(8.175.274)
Cateringpor		(6.695.698)	(3.001.018)	(203.675)	(9.900.391)
UCS		(2.017.497)	(153.000)	(28.508)	(2.205.944)
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien		(704.146)	-	-	(704.146)
Grupo Barraqueiro		-	-	(5)	(5)
	(40.938.448)	(7.117.268)	(335.296)	(1.105.703)	(49.496.715)

31-dez-2018 - Ativos								
	Cientes (Nota 7)	Adiantamentos a fornecedores (Nota 7)	Acréscimos de ganhos (Nota 7)	Diferimento de gastos (Nota 10)	Imposto sobre o rendimento a receber (Nota 9)	Outras contas a receber não correntes (Nota 7)	Outras contas a receber correntes (Nota 7)	Totais
TAP SGPS	3.243	-	885	-	8.329.644	-	808.491.987	816.825.759
Azul S.A.	3.220.887	-	-	-	-	-	16.269	3.237.156
TAPGER	615.000	-	-	-	-	-	329	615.329
PGA	166.842	-	5.781.144	616.182	-	-	308.623	6.872.791
SPdH	983.757	-	2.760.000	-	-	-	655.665	4.399.422
MEGASIS	356.771	-	-	-	-	-	1.805.184	2.161.955
TAP ME Brasil	14.170.372	20.371.710	-	-	-	-	6.037.598	40.579.680
Cateringpor	42.780	-	-	-	-	-	404.156	446.936
UCS	295.942	-	-	-	-	-	2.009.972	2.305.914
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	64.472	-	-	4.080.786	-	372.926	-	4.518.184
Grupo Barraqueiro	2.382	-	-	-	-	-	-	2.382
	19.922.448	20.371.710	8.542.029	4.696.968	8.329.644	372.926	819.729.783	881.965.508

31-dez-2018 - Passivos

	Fornecedores (Nota 18)	Acréscimos de gastos (Nota 18)	Ganhos diferidos (Nota 19)	Outras contas a pagar correntes (Nota 18)	Totais
TAP SGPS	(362.279)	(2.483.200)	-	(30.581)	(2.876.060)
Azul S.A.	(36.681)	(152.838)	-	-	(189.519)
PGA	(9.659.422)	-	-	-	(9.659.422)
SPdH	(11.105.356)	(1.530.825)	(103.113)	-	(12.739.294)
MEGASIS	(6.337.242)	-	(16.368)	(2.540.663)	(8.894.273)
TAP ME Brasil	(24.533.545)	-	-	-	(24.533.545)
Cateringpor	(4.372.245)	(2.356.460)	(200.507)	-	(6.929.212)
UCS	(3.095.617)	-	(28.508)	(16.993)	(3.141.118)
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	(502.183)	-	-	-	(502.183)
Grupo Barraqueiro	(1.953)	-	-	-	(1.953)
	(60.006.523)	(6.523.323)	(348.496)	(2.588.237)	(69.466.579)

→ Transações

	30-jun-19					Total
	Rendimentos operacionais	Gastos operacionais	Juros obtidos	Juros suportados	Consolidado fiscal	
TAP SGPS	-	(3.000.030)	15.144.174	(4.734)	(96.330)	12.043.080
Azul S.A.	99.147	(136.117)	-	-	-	(36.970)
TAPGER	250.000	-	-	-	-	250.000
PGA	1.063.833	(58.983.427)	-	-	-	(57.919.594)
SPdH	3.607.158	(48.324.618)	-	-	-	(44.717.460)
TAP ME Brasil	70.878	(5.537.503)	-	-	-	(5.466.625)
Cateringpor	807.711	(24.856.985)	-	-	-	(24.049.274)
UCS	487.005	(2.523.914)	-	-	-	(2.036.909)
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	184.064	(5.232.405)	-	-	-	(5.048.341)
Grupo Barraqueiro	286	(107.762)	-	-	-	(107.476)
	6.570.082	(148.702.761)	15.144.174	(4.734)	(96.330)	(127.089.569)

	30-jun-18					Total
	Rendimentos operacionais	Gastos operacionais	Juros obtidos	Juros suportados	Consolidado fiscal	
TAP SGPS	-	(2.073.325)	15.401.244	-	-	13.327.919
Azul S.A.	2.341.934	(181.585)	-	-	-	2.160.349
TAPGER	250.000	-	-	-	-	250.000
PGA	678.571	(59.076.538)	-	-	-	(58.397.967)
SPdH	3.044.242	(49.397.818)	-	-	-	(46.353.576)
MEGASIS	1.255.238	(17.508.734)	-	-	-	(16.253.496)
TAP ME Brasil	176.135	(5.765.090)	-	-	-	(5.588.955)
Cateringpor	937.937	(20.751.690)	-	-	-	(19.813.753)
UCS	361.153	(2.115.082)	-	-	-	(1.753.929)
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	11.248	(2.286.816)	-	-	-	(2.275.568)
Grupo Barraqueiro	117	(51.533)	-	-	-	(51.416)
	9.056.575	(159.208.211)	15.401.244	-	-	(134.750.392)

As transações com a SPdH, no montante de 48.324.818 Euros (30 de junho de 2018: 49.397.818 Euros), referem-se, essencialmente, a serviços prestados, em terra, pela SPdH, de apoio a aeronaves, passageiros, bagagem, carga e correio.

Os termos ou condições praticadas entre a Empresa e as partes relacionadas são, substancialmente, idênticos aos termos que normalmente seriam contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Adicionalmente às operações acima mencionadas, a Empresa, no âmbito do normal desenvolvimento da sua atividade de transporte aéreo, mantém relações comerciais, essencialmente de *code-share*, com a Azul e Aigle Azur. Estas transações são realizadas em termos e condições semelhantes aos praticados nos acordos comerciais habitualmente celebrados com outras companhias aéreas.

Os membros do Conselho de Administração foram considerados, de acordo com a IAS 24, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa.

Os membros do Conselho de Administração são remunerados, exclusivamente, pelas funções exercidas na TAP SGPS, não auferindo qualquer remuneração pelas funções exercidas na TAP S.A.

37 Eventos subsequentes

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer eventos subsequentes à data de relato que possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras no período findo em 30 de junho de 2019.

CONTABILISTA CERTIFICADO

Sandra Candeias Matos da Luz

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Humberto Manuel dos Santos Pedrosa
Presidente

David Gary Neeleman
Vogal

Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves
Presidente da Comissão Executiva

David Humberto Canas Pedrosa
Vogal da Comissão Executiva

Raffael Guarita Quintas Alves
Vogal da Comissão Executiva



Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras com Finalidade Especial

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras com finalidade especial anexas da Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de junho de 2019 (que evidencia um total de 4.603.297.293 euros e um total de capital próprio de 107.237.825 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 111.981.794 euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras com finalidade especial que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras com finalidade especial que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras com finalidade especial isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com finalidade especial anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras com finalidade especial, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras com finalidade especial.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras com finalidade especial anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Transportes Aéreos Portugueses, S.A. em 30 de junho de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia.

Ênfase

Sem modificar a conclusão referida no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto das presentes demonstrações financeiras terem uma finalidade especial na medida em que a Entidade prepara as demonstrações financeiras estatutárias de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, de forma a dar cumprimento aos requisitos legais e regulamentares aplicáveis, conforme divulgado na Introdução das notas anexas às demonstrações financeiras com finalidade especial.

20 de setembro de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hugo Miguel Patrício Dias, R.O.C.